

ATA DA DÉCIMA TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DA QUARTA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA, EM 04-3-2024.

Aos quatro dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e quatro, reuniu-se, presencialmente, no Plenário Otávio Rocha do Palácio Aloísio Filho, e virtualmente, nos termos da Resolução nº 2.584/20, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quatorze horas e quinze minutos, foi realizada a segunda chamada, na qual registraram presença Adeli Sell, Alvoní Medina, Biga Pereira, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Coletivo Cuca Congo, Conselheiro Marcelo, Engº Comassetto, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Jessé Sangalli, José Freitas, Mari Pimentel, Mauro Pinheiro, Pablo Melo, Pedro Ruas, Psicóloga Tanise Sabino e Ramiro Rosário. Constatada a existência de quórum, o Presidente declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a Sessão, registraram presença Cláudio Conceição, Edson CT, Fernanda Barth, Fran Rodrigues, Idenir Cecchim, Jonas Reis, João Bosco Vaz, Karen Santos, Lourdes Sprenger, Moisés Maluco do Bem, Márcio Bins Ely, Mônica Leal, Polaca Rocha, Roberto Robaina e Tiago Albrecht. À MESA, foram encaminhados: o Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 004/24 (Processo nº 0066/24), de autoria de Cassiá Carpes; os Projetos de Lei do Legislativo nºs 614/23 e 041/24 (Processo nºs 1043/23 e 0071/24, respectivamente), de autoria de Cláudio Janta; o Projeto de Lei do Legislativo nº 358/23 (Processo nº 0625/23), de autoria de Fernanda Barth; os Projetos de Lei do Legislativo nºs 756/23 e 016/24 (Processo nºs 1329/23 e 0035/24, respectivamente), de autoria de José Freitas; o Projeto de Lei do Legislativo nº 325/23 (Processo nº 0558/23), de autoria de Vitória Cabreira; o Projeto de Resolução nº 005/24 (Processo nº 0093/24), de autoria de Márcio Bins Ely; e o Projeto de Resolução nº 009/24 (Processo nº 0111/24), de autoria de Giovani Culau e Coletivo. Foi apregoado o Processo SEI nº 025.00007/2024-92, por meio do qual é autorizada representação externa de Comandante Nádia, do dia quatro ao dia oito de março do corrente, com o objetivo de participar da Expodireto COTRIJAL 2024, em Não-Me-Toque - RS. Foi apregoado Requerimento firmado por Prof. Alex Fraga, solicitando Licença para Tratamento de Saúde do dia quatro ao dia sete de março do corrente, tendo o Presidente declarada empossada na vereança, em substituição, pelo mesmo período, Fran Rodrigues, informando-a que integraria a Comissão de Educação, Cultura, Esporte e Juventude - CECE. Foi aprovado Requerimento de autoria de Cláudio Janta, solicitando Licença para Tratar de Interesses Particulares do dia quatro ao dia oito de março do corrente, tendo o Presidente declarado empossado na vereança, em substituição, pelo mesmo período, Edson CT, informando-o que integraria a Comissão de Constituição e Justiça - CCJ. Na oportunidade, foi apregoada declaração firmada por Cláudio Janta, Líder da Bancada do SD, informando o impedimento dos suplentes Lisandro Zwiernik, Antonio Carlos Souza de Lima, Sandro Marcelo Besson, Ramalho Santos, Pedrinho da Tinga e Alex Buyu em assumirem a vereança, em substituição, no período. Foi aprovado Requerimento de autoria de Aldacir Oliboni, solicitando Licença para Tratar de Interesses

Particulares do dia quatro ao dia seis de março do corrente, tendo o Presidente declarada empossada na vereança, em substituição, pelo mesmo período, Polaca Rocha, informando-a que integraria a Comissão de Saúde e Meio Ambiente - COSMAM. Na oportunidade, foi apregoada declaração firmada por Jonas Reis, Líder da Bancada do PT, informando o impedimento dos suplentes Everton Gimenis, Paulo Adalberto Alves Ferreira, Baba Diba de Iyemonja, Bernardo Lucero de Carli, Alberto Terres, Maristela Maffei, Any Carmem de Avila Moraes, Pedro Leonardo da Luz Loss, Lídio Santos, Julio Cesar Riemenschneider de Quadros e Manoel Rocha da Rosa em assumirem a vereança, em substituição, no período. Também, foi apregoada declaração firmada pela suplente Cris Medeiros, informando seu impedimento em exercer a vereança, em substituição, nos mesmos termos. Ainda, Pedro Ruas formulou Questão de Ordem sobre o art. 231, inc. I, do Regimento, acerca da presença de pessoas armadas nas galerias. Polaca Rocha pronunciou-se nos termos do Art. 12, § 8º do Regimento. Após, o Presidente concedeu a palavra, em TRIBUNA POPULAR, a Jean Felipe Almeida de Andrade, Presidente da Alvo Associação Cultural, que se pronunciou acerca do Projeto Escola do Hip Hop, desenvolvido pela entidade. Em prosseguimento, nos termos do artigo 206 do Regimento, Biga Pereira, Coletivo Cuca Congo, Karen Santos, Giovane Byl, Adeli Sell e Cláudia Araújo manifestaram-se acerca do tema tratado em Tribuna Popular. Os trabalhos foram suspensos das quatorze horas e cinquenta e sete minutos às quinze horas. Foi aprovado Requerimento verbal formulado por Biga Pereira, solicitando alteração na ordem dos trabalhos, passando-se imediatamente ao período de Comunicações. A seguir, foi iniciado o período de COMUNICAÇÕES, destinado a Entrega do Título de Cidadã de Porto Alegre à Ivana Machado Moraes Battaglin, nos termos do Requerimento nº 017/24 (Processo nº 0065/24), de autoria de Biga Pereira. Compuseram a Mesa: Mauro Pinheiro, presidindo; Ivana Machado Moraes Battaglin, homenageada; João Ricardo Santos Tavares, Presidente da Associação do Ministério Público do Rio Grande do Sul; Caetano Battaglin da Cunha, filho da homenageada. Ainda, foram registradas as presenças de Marcel Moraes, marido da homenageada, e de Raquel Isotton. Biga Pereira pronunciou-se e procedeu à Ivana Machado Moraes Battaglin, do Diploma e da Medalha alusivos ao Título Honorífico de Cidadã de Porto Alegre, e concedeu a palavra a Sua Senhoria, que agradeceu a honraria. Os trabalhos foram suspensos das quinze horas e vinte e quatro minutos às quinze horas e trinta minutos. Também, em COMUNICAÇÕES, pronunciaram-se Coletivo Cuca Congo, Lourdes Sprenger, Engº Comassetto, Pedro Ruas e Ramiro Rosário, este em tempo cedido por Psicóloga Tanise Sabino. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Coletivo Cuca Congo, Márcio Bins Ely, Edson CT, Mônica Leal, Psicóloga Tanise Sabino, Tiago Albrecht, Roberto Robaina, Fernanda Barth, Jessé Sangalli, Jonas Reis, Idenir Cecchim e Karen Santos. Foi apregoado o Projeto de Resolução nº 012/24 (Processo nº 0129/24), de autoria da Mesa Diretora. Foi aprovado Requerimento verbal formulado por Biga Pereira, solicitando alteração na ordem dos trabalhos, passando-se imediatamente ao período da Ordem do Dia e, após, ao período de Grande Expediente. Após verificação determinada por Mauro Pinheiro, presidindo, foi constatada inexistência de quórum deliberativo para ingresso na

Ordem do Dia. Foi aprovado Requerimento verbal formulado por Mauro Pinheiro, presidindo, solicitando alteração na ordem dos trabalhos, passando-se o período de Grande Expediente para a próxima sessão ordinária. Em PAUTA, Discussão Preliminar, estiveram: em 1ª sessão, o Projeto de Lei do Legislativo nº 696/23, este discutido por Jonas Reis; os Projetos de Lei do Legislativo nºs 755 e 762/23 e 006, 011, 024, 052, 053 e 056/24; e, em 2ª sessão, os Projetos de Lei Complementar do Executivo nºs 031/23 e 002/24; o Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 024/23; os Projetos de Lei do Executivo nºs 048/23 e 003/24; os Projetos de Lei do Legislativo nºs 608, 671, 716, 730, 754 e 759/23 e 014, 035, 036, 037, 040, 044 e 049/24; o Projeto de Resolução nº 101/23; e o Substitutivo nº 01 ao Projeto de Lei do Legislativo nº 161/21. Às dezessete horas e dezesseis minutos, nada mais havendo a tratar, o Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para a próxima sessão ordinária. Os trabalhos foram presididos por Mauro Pinheiro e Fernanda Barth. Do que foi lavrada a presente ata que, após distribuída e aprovada, será assinada pelo Presidente e pelo 1º secretário.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): Boa tarde. Sejam todos bem-vindos à nossa Câmara Municipal de Porto Alegre.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoamos a representação externa da Ver.^a Comandante Nádia, desta Casa, na Expodireto COTRIJAL 2024, em Não-me-Toque – RS, do dia 4 ao dia 8 de março do corrente ano. (SEI Nº 025.00007/2024-92)

Apregoamos requerimento firmado pelo Ver. Prof. Alex Fraga, solicitando Licença para Tratamento de Saúde do dia 4 ao dia 7 de março de 2024.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): Declaro empossada a Ver.^a Fran Rodrigues, nos termos regimentais, que integrará a Comissão de Educação, Cultura, Esporte e Juventude, CECE.

Em votação o requerimento de autoria do Ver. Claudio Janta, solicitando Licença para Tratar de Interesses Particulares do dia 4 ao dia 8 de março de 2024. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)
APROVADO.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoamos declaração do Ver. Claudio Janta, líder da bancada do Solidariedade, informando o impedimento dos suplentes Lisandro Zwiernik, Antonio Carlos Souza de Lima, Sandro Marcelo Besson, Ramalho Santos, Pedrinho da Tinga, Alex Buyu assumirem a vereança, em substituição, no mesmo período.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): Declaro empossado o Ver. Edson CT, nos termos regimentais, que integrará a Comissão de Constituição e Justiça, CCJ.

Em votação o requerimento de autoria do Ver. Aldacir Oliboni, solicitando Licença para Tratar de Interesses Particulares do dia 4 ao dia 6 de março de 2024. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)
APROVADO.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoamos licença firmada pela suplente Cris Medeiros, informando seu impedimento em exercer a vereança, em substituição, nos mesmos termos.

Vereador Pedro Ruas (PSOL) (Questão de Ordem): Presidente, eu peço uma questão de ordem com base no [art. 231, inc. I, do nosso Regimento Interno](#). Esse inciso proíbe que no plenário esteja qualquer pessoa – o inciso não abre exceções, não abre exceções, tomei o cuidado de examinar antes com o diretor legislativo –, proíbe qualquer pessoa de portar armas de fogo no plenário, proíbe. (Palmas.) Eu não estou dizendo que alguém está portando, mas, se estiver, que saia do plenário, porque se ficar é crime, se ficar é crime, art. 231, inc. I. (Palmas.) Esse é o meu requerimento: se tiver alguém armado, que saia do plenário; se ficar é crime. Muito obrigado.

(Manifestações nas galerias.)

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): Feito o registro, vamos averiguar.

Em razão da Licença para Tratar de Interesses Particulares do Ver. Aldacir Oliboni no período de 4 a 6 de março, e em razão da impossibilidade de a suplente Cris Medeiros assumir a vereança, a suplente Polaca Rocha assumirá a vereança.

Informo que a suplente Polaca Rocha já procedeu à entrega à Mesa de seu diploma, de sua declaração pública de bens e de seu nome parlamentar. (Palmas.)

Solicito aos presentes que, em pé, ouçam o compromisso que a suplente Polaca Rocha prestará a seguir.

SUPLENTE POLACA ROCHA (PT): Obrigada, Presidente. “Prometo cumprir a Lei Orgânica do Município de Porto Alegre, defender a autonomia municipal e exercer com honra, lealdade e dedicação o mandato que me foi conferido pelo povo.” (Palmas.)

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): Declaro empossada a Ver.^a Polaca Rocha. O nome de V. Exa. já está aqui consignado, Polaca Rocha, V. Exa. integrará a Comissão de Saúde e Meio Ambiente – COSMAM.

A Ver.^a Polaca Rocha está com a palavra, nos termos do art. 12 § 8º, do Regimento.

VEREADORA POLACA ROCHA (PT): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Vereadores, os que assistem à presente sessão quer presencialmente, quer através da TVCâmara, ou pelos canais e redes sociais que transmitem esta sessão. Muito obrigada a todas e todos os amigos e amigas aqui presentes. Fico muito orgulhosa em ver a plateia recheada de pessoas que eu quero tão bem. Estou muito feliz mesmo.

Gostaria, em primeiro lugar, de agradecer a cada uma das 639 pessoas que confiaram em mim o seu voto. Confiança é uma coisa rara e cara. Há muito tempo, as pessoas sempre me questionam: “Ah, por que tu não te candidatas a um cargo eletivo? Tu já pensaste em ser vereadora?” Depois de tanto ouvir isso, eu me rendi à sedução do meu Partido dos Trabalhadores e aceitei disputar uma cadeira aqui na Câmara Legislativa.

Hoje, na Semana da Mulher, eu assumo essa cadeira graças a uma política inclusiva de rodízio que só um partido popular de esquerda, democrático e popular, é capaz de fazer, o PT.

A minha militância não começou em 2020, eu já fui filiada ao MDB, acreditem, mas não contem para ninguém, por favor! Mas, calma, isso foi quando só existia o MDB e a Arena. Antes disso, ainda criança, também lembro de fazer campanha para a primeira vereadora mulher do Município, que foi a Dercy Furtado, e agora chegou a minha vez.

Não tenho medo de desafios, mas a campanha de 2022 foi muito difícil. Estávamos em plena pandemia de covid, e eu me contaminei quando voltei ao trabalho, mas contei com a força e o trabalho incansável de três amigas mulheres que não largaram a minha mão nunca: a Carla Jacques, assistente social que dirigiu a campanha; a Patrícia Melo, advogada que cuidou das finanças, e a Vivian Reis, jornalista que cuidou de todo o *marketing*. Sem elas, eu não teria conseguido.

Eu tenho cinco irmãos, todos mais velhos, e muitas primas e primos, e isso me ensinou a compartilhar tudo. Filha de pais franciscanos, vivemos sempre sem luxo por convicção. Meu pai era comprador do IAPAS e, muitas vezes, foi assediado por vendedores famintos por fechar uma venda para o governo. Meus pais eram surpreendidos com relógios, toca-fitas e outros presentes muito caros, no nosso entendimento, para a época ou, pelo menos, na época. Eles, os meus pais, devolviam os presentes, e nós nunca reclamamos disso, pelo contrário, nós sentíamos orgulho de ter os pais com essa postura. Dos seis filhos, eu sou a única mulher e a mais nova, mas meus pais e meus irmãos nunca me deixaram sem uma resposta que fosse, e assim me fizeram o que sou hoje. Sempre fui tratada com respeito e, por isso, aprendi a respeitar e a ouvir todo mundo, independente de quem fosse.

Mas quero falar aqui do bairro que eu moro há décadas, um bairro que tem uma história linda de lutas e glórias desde a sua origem, esse é o bairro Bom Fim. Ele já acolheu negros escravizados, judeus refugiados e foi palco da efervescência cultural dos anos 1980, da arte, da cultura, da resistência, da luta política e também um exemplo de

cidadania. Um bairro que é sinônimo de liberdade, onde artistas, intelectuais, *gays* e militantes partilhavam sonhos e conversas, às vezes, bem alteradas na mesa de bar. Um bairro onde as pessoas de todas as etnias, de todas as crenças, de todas as tendências e orientações, de todas as idades viveram em comunhão. Já foi um bairro próspero, arborizado e limpo, com feiras orgânicas, onde catadores conscientes selecionavam os materiais recicláveis e organizavam os sacos, depois, fechadinhos, porque a Prefeitura do PT assim os capacitou. A Prefeitura incluiu os catadores no processo de cidadania, de urbanização e de limpeza da cidade. E hoje? Como está o Bom Fim hoje? Que Bom Fim nós vamos deixar para os nossos filhos? Hoje, as pessoas não conseguem mais andar nas calçadas do Bom Fim, é preciso todo o tempo desviar de buracos nas calçadas, de lixo acumulado junto a contêineres, de mesas, de cadeiras, de toldos e placas. Enfim, o Bom Fim é um bairro repleto de mulheres trabalhadoras, cuidadoras, enfermeiras, mães trabalhadoras, babás, estudantes, vendedoras, atendentes e etc., e é para essas mulheres que eu quero trabalhar. São essas pessoas que eu ouço todos os dias reclamando da ganância comercial e do abandono que acomete o nosso bairro, tido como bairro nobre. Nobre para quem? Foi nobre para nós e hoje é nobre para eles, do mercado imobiliário. Por isso tudo, vou apresentar um projeto de lei que visa instituir a Semana do Bom Fim. Seguirei lutando, após essa semana, como assistente social, como roqueira – sim, eu tenho uma banda de *punk rock* formada só por mulheres, desde 1986 – como mãe, como cuidadora de pessoas, cuidadora do bairro, cuidadora da cidade, cuidadora de todos os animais, de todas as plantas e de toda a vida que houver, como boa aquariana que sou.

E se hoje eu estou aqui para cuidar de todos e todas é porque eu fui cuidada e, assim, eu aprendi a cuidar. Tive o exemplo de respeito e de ética dado pela minha família e depois pelo meu ex-marido Márcio Petracco, que aliás está casado com uma das mulheres mais incríveis que eu conheço e que vocês aqui da Câmara também conhecem, a Dra. Rosa Cristina Harzheim, que é mãe do irmão e da irmã do meu filho Pedro Petracco, que também me ensina – e me ensina muito – todos os dias. Nós formamos um núcleo de amor, respeito e amizade. E é esse exemplo que eu quero irradiar ao mundo, não só durante essa curta gestão, mas em todos os momentos da minha vida.

Para finalizar, como fibromiálgica, eu agradeço ao Ver. Eng^o Comassetto, autor da lei municipal que garante prioridade no atendimento nos órgãos e espaços públicos. Gente, contem comigo! Muito obrigada. (Palmas.)

Vereador Pedro Ruas (PSOL) (Questão de Ordem): Pedi ao líder da oposição para relatar a questão de ordem, e eu queria ouvir a resposta de V. Exa., porque ninguém saiu do plenário, ninguém saiu.

(Manifestações nas galerias.)

Vereador Pedro Ruas (PSOL): O [art. 231, inc. I do Regimento](#) não abre exceções. Talvez houvesse uma exceção se V. Exa. chamasse uma Guarda Municipal para intervir; não foi chamada por V. Exa. Então, mesmo que as pessoas tenham o porte de

arma — lembro que há pouco foi preso o Valdemar da Costa Neto, porque não tinha porte de arma –, mesmo que haja porte, mesmo que haja licença para usar no coldre, se está num lugar onde o armamento não é permitido, torna-se ilegal, passível de prisão. Estou chamando a atenção para isso.

(Manifestações nas galerias.)

Vereador Pedro Ruas (PSOL): Então, se estão armados, de qualquer lado, tem que sair do plenário. Armado não pode ficar! Se nós descobirmos, nós vamos denunciar e já pedir a prisão.

(Manifestações nas galerias.)

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): Obrigado, Ver. Pedro Ruas. Passamos à

TRIBUNA POPULAR

SR. JOSÉ LUIS ESPÍNDOLA LOPES (Mestre de Cerimônias): A Tribuna Popular de hoje terá a presença da Alvo Associação Cultural, que tratará do projeto Escola do Hip Hop. O Sr. Jean Felipe Almeida de Andrade, presidente, está com a palavra, pelo tempo regimental de 10 minutos.

SR. JEAN FELIPE ALMEIDA DE ANDRADE: Saudações aos vereadores, às vereadoras e aos presentes que estão aqui nesta plenária. Eu inicio a minha fala me apresentando, meu nome é Jean, sou presidente da Alvo Associação Cultural, sou da cultura *hip-hop* há mais de 20 anos e estou aqui para falar de uma instituição muito importante e muito querida para a nossa cidade.

Em 2023, o *hip-hop* completou 50 anos, uma cultura que nasceu nos Estados Unidos, absorveu as culturas locais e, hoje, é a expressão da juventude brasileira e uma expressão de Porto Alegre. É uma cultura que gera empregos, gera desenvolvimento humano através da arte, da música, da dança e da reflexão social. Porto Alegre, hoje, é uma cidade muito importante para o cenário do *hip-hop* mundial. Porto Alegre é sede do maior evento de *hip-hop* do Brasil, o Rap in Cena, do primeiro Museu do Hip Hop da América Latina e foi a primeira cidade a ter uma Semana do HIP-HOP reconhecida em lei em 2008. Dito isso, acreditamos que o *hip-hop* é cultura, é educação, é saúde mental e também segurança pública.

Então, pessoal, estou aqui para apresentar um pouco da nossa iniciativa e fazer um apelo no final da minha fala aos vereadores. Em 2005, foi criada a Alvo Associação Cultural, no bairro Rubem Berta, por iniciativa dos próprios jovens. Eu sou um dos fundadores dessa instituição, junto com os outros irmãos e irmãs fundamos essa associação na Cohab Rubem Berta. Queria pedir para passar a imagem.

(Procede-se à apresentação.)

SR. JEAN FELIPE ALMEIDA DE ANDRADE: Em maio, completamos 19 anos de atuação, consolidando o trabalho sociocultural na cidade de Porto Alegre. A nossa sede fica no Centro Humanístico Vida, muitos vereadores já tiveram a oportunidade de conhecer o nosso espaço. Nesse espaço, a gente tem uma sala multiuso, temos estúdio público, biblioteca comunitária, um espaço de convivência para a juventude. Hoje o nosso principal projeto é a Escola de Hip Hop, o primeiro projeto no Brasil que tem a pretensão de criar a pedagogia da cultura *hip-hop* e fornecer essa pedagogia, essa tecnologia social para instituições sociais, culturais, governos, para elaboração de políticas públicas de ensino da cultura *hip-hop*.

Realizamos, há 11 anos, o projeto Rap na Rua, um festival que acontece nos bairros Restinga, Rubem Berta, Bom Jesus, já estive no Humaitá, Parque dos Maias, Sarandi e outros tantos bairros pela nossa cidade. O impacto desse projeto foram 60 edições e mais de 20 mil jovens impactados e oportunizados. Algumas imagens podem ser vistas na apresentação. Depois eu posso enviar, inclusive, para os vereadores conhecerem o nosso trabalho, o ensino da cultura *hip-hop* nas praças, nos parques da nossa cidade e nas periferias.

A gente realiza um dos principais *slams* do País, chamado *Slam* do Vida. *Slam*, para quem não conhece, é uma competição de poesia falada, em que os poetas podem se expressar, através de uma competição. Essa competição existe em um cenário municipal, estadual, nacional e internacional. É uma competição de poesia, que estimula os jovens a escrever e a declamar suas poesias, uma espécie de sarau, em que se premia o vencedor. No dia 23 de março, a gente convida os vereadores e vereadoras a participarem desse evento, prestigiando, lá no Vida Centro Humanístico, a primeira etapa do *Slam* do Vida, um dos principais que acontece no nosso Estado.

Fomentamos, hoje, uma rede de empreendimentos de jovens na área da moda, jovens que querem ter o seu próprio negócio, jovens que desenham as suas próprias roupas, que promovem eventos para comercializar essas roupas, debater e discutir formas coletivas de produção.

Estamos presentes – a Alvo Associação Cultural – dentro do Orçamento Participativo, dentro do Conselho Municipal de Cultura, ocupando a cadeira do *hip-hop*. Fazemos parte de uma rede de pontos de cultura, da rede Beabah – Bibliotecas Comunitárias do Rio Grande do Sul –; temos uma parceria consolidada com a UFCSPA há oito anos; ajudamos a formar a construção nacional da cultura *hip-hop*, que dialoga hoje diretamente com o governo federal na elaboração de políticas públicas, além de uma rede de dezenas de outras entidades, da qual fazemos parte.

Dito isso, queria agradecer aos vereadores pela oportunidade e apresentar alguns resultados do ano passado desse trabalho que a Alvo vem desempenhando, vem desenvolvendo. Então, temos 5 mil pessoas impactadas pelos nossos projetos; são mais de 200 arte-educadores formados, pessoas que trabalham hoje em projetos sociais

espalhados pela nossa cidade, que se formam ali no nosso centro cultural. A gente tem 155 profissionais qualificados na área da cultura *hip-hop*, são pessoas que procuraram aprender o grafite, procuraram aprender o DJ, a dança, o MC. São 34 atletas skatistas atendidos e apoiados; foram mais de 40 toneladas de alimento, através das nossas campanhas solidárias; 35 pessoas atendidas pelo nosso trabalho de psicólogos voluntários – a gente conta com uma rede de apoio de psicólogos que se doam para atender a nossa comunidade.

Então, agradeço mais uma vez aos vereadores por estarem oportunizando esse espaço para comunidade falar e expressar o seu trabalho. E aproveito para solicitar aos vereadores que deem uma olhada, com carinho, na Lei da Semana do Hip-Hop, a [Lei nº 10.378](#), aprovada em 2008, inclusive proposta pelo movimento Hip-Hop, através do então Ver. Sebastião Melo, que hoje é o nosso prefeito. É uma lei que serviu de balizadora para outras leis que surgiram no País, inclusive em São Paulo e em outras cidades do interior do Rio Grande do Sul e fora do Rio Grande do Sul, e ela precisa de regulamentação para garantir recursos. Ela é uma lei que reconhece o *hip-hop*, mas não garante recursos para nossas instituições e para os nossos projetos permanentes.

Peço também aos vereadores que garantam e preservem o Fumproarte, que é um mecanismo de financiamento importante para nossa cidade e que descentraliza hoje recursos, principalmente com edital de eventos descentralizados, distribuindo mais de R\$ 1 milhão para projetos nas periferias da capital. É muito importante que o Fumproarte seja preservado, seja tratado com o carinho como uma política pública importante. E que garantam fomento também, porque muito se fala em leis, legitimar movimentos, mas muitas vezes não se garante fomento para as políticas públicas. Hoje, tanto da Alvo, quanto de outros grandes parceiros institucionais como a Casa do Hip Hop Rubem Berta; a Casa do Hip Hop Galpão Cultural, no Morro da Cruz; projetos que existem na Restinga, a nossa grande dificuldade é a burocracia de acessar recursos que fomentem essas iniciativas que estão abertas o ano inteiro. Então, peço que os vereadores olhem com carinho para facilitar o acesso dessas instituições que fazem um trabalho, inclusive com o que eu falei antes na questão da segurança pública, porque ela promove a inclusão social de jovens da periferia, através da cultura, e isso ajuda muito na segurança pública, porque dá um outro horizonte para os nossos jovens, através da cultura *hip-hop*, do *skate*, dá uma outra perspectiva de vida. Por isso, é muito importante que os vereadores olhem com carinho e busquem a desburocratização dos fomentos, dos recursos para que tenham facilidade de acesso à prestação de contas, no acesso a esses recursos para que a gente consiga manter os nossos projetos vivos.

Mais uma vez, a gente tem o momento histórico na nossa frente de fazer a diferença. Todo dia, quando a gente acorda, nós, aqui do movimento social, os vereadores no campo político, quando vêm para cá, para esse plenário, a gente tem um momento histórico de fazer diferente a vida na nossa cidade e o futuro do nosso País. Então, venho aqui com o coração aberto solicitar que os vereadores olhem com carinho para as periferias da nossa cidade. A gente continua com altos índices de violência e de mortalidade da juventude, principalmente aqueles jovens de 15 a 19 anos – esses dados

podem ser acessados através do Mapa da Violência. A maioria desses jovens são negros, são mais de 70 % negros, então a gente tem um recorte, inclusive, racial. A gente precisa garantir que esses jovens das periferias estejam nas políticas públicas. Assim como a nossa instituição promove acesso à cultura, ao esporte, à leitura, ao *hip-hop*, existem várias outras iniciativas que fazem esse papel importante.

Nós estamos com um processo aqui, dentro da Câmara, na busca da utilidade pública ainda este ano, e esperamos que nosso processo seja avaliado com carinho pelos vereadores. Nossa instituição está aberta, a nossa instituição tem um processo de transparência. Quem quiser conhecer, quem quiser saber mais sobre o nosso trabalho, estamos de portas abertas de segunda a sexta, das 9h às 18h, para visitação de vocês e que conheçam tudo o que a gente desenvolve e os resultados desse trabalho superimportante para nossa cidade. Mais uma vez, muito obrigado, um bom dia e uma boa semana a todos. (Palmas.)

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): Obrigado, Jean Felipe, eu o convido para compor a Mesa.

A Ver.^a Biga Pereira está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADORA BIGA PEREIRA (PCdoB): Quero cumprimentar a Alvo e seu presidente, querido Jean, meu companheiro de luta. Tenho profunda admiração pelo trabalho que a Alvo realiza junto à comunidade desde a Alvocast, a biblioteca, seus eventos, a solidariedade, a promoção cultural. E sei das dificuldades que vocês enfrentam para produzir cultura sem incentivo. Eu acho que isso é o fundamental e eu entendo que este é o recado que tu nos trazes aqui: o apoio a essa produção, a todo esse trabalho que é realizado na comunidade, especialmente no Rubem Berta.

Eu quero aqui dizer que o meu mandato está inteiramente à disposição, Jean, para que a gente possa construir juntos e que possamos apoiar efetivamente essas iniciativas que, como tu nos trazes, nos apresenta um relatório maravilhoso em que vocês constroem dia a dia sem ter esses incentivos. Conte conosco. Parabéns! (Palmas.)

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): A Ver.^a Coletivo Cuca Congo está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento, pela oposição.

VEREADORA COLETIVO CUCA CONGO (PCdoB): Querido Jean, em nome do nosso Coletivo Cuca Congo, também trago aqui um abraço do nosso Ver. Giovani Culau e Coletivo por esse trabalho tão importante que tu, à frente da Alvo, realizas, no Rubem Berta, na grande Rubem Berta. Eu sou professora, conheço a realidade daquele bairro e a dificuldade da nossa juventude e das nossas crianças, e como são importantes essas ações do movimento social. Quantas crianças a gente acaba tirando da rua, quantos jovens a gente acaba tirando do rumo, colocando, trazendo para esse debate da educação, da cultura. Obrigada, Jean; obrigada à Alvo. Vocês fazem um trabalho excelente para as nossas crianças e adolescentes. (Palmas.)

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): A Ver.^a Karen Santos está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADORA KAREN SANTOS (PSOL): Saudar também o Jean, a Alvo, que eu acho que vem traduzindo a necessidade das nossas comunidades em relação à cultura, ao lazer, ao esporte e ao abandono que a gente presencia aí nesses quatro anos de uma cidade que se desenvolve de forma cada vez mais segregada. Eu entendo que o *hip-hop* produz consciência crítica, não por que estudou, não por que acessou a bibliografia tal, mas pela sua vivência. Então a juventude reflete aquilo que vive, e a gente, dentro do espaço institucionalizado da política, tem que considerar o que as pessoas colocam, das suas vivências, como elemento, como barro daquilo que a gente tem que produzir no sentido da equidade e da melhora das condições de vida. Então, eu saúdo a iniciativa de vocês; saúdo no sentido de que eu sei que esse tipo de vivência e esses relatos são completamente desconsiderados aqui dentro deste Parlamento. Então, acredito nas vozes das ruas, porque é a rua, e é da rua, e é da população que vem a pressão social necessária para a gente fazer as mudanças significativas que todos nós defendemos. Eu saúdo; quero conhecer, quero destinar emenda impositiva; precisamos dos projetos para assentar direitinho, e aí a gente conseguir incentivar objetivamente mesmo aquilo que vocês vêm produzindo. Podem contar com o nosso mandato. (Palmas.)

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): O Ver. Giovane Byl está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADOR GIOVANE BYL (PRD): Obrigado, Presidente Mauro Pinheiro. Jean Andrade, primeiro quero dizer que é uma alegria imensa te ver aqui, irmão, sentado aqui e sendo um porta-voz de tudo que a Alvo vem fazendo pela Zona Norte, pelo Rubem Berta e principalmente pela juventude das nossas periferias. A gente sabe, e nós que somos do movimento *hip-hop* e do *skate*, costumamos dizer: o *skate* salva, o *hip-hop* salva. E, hoje, ver essa galera ali, ver os vários “mano” lá, o lago; os nossos “mano” são todos jovens que tinham todo o perfil para, talvez, estarem numa matéria policial como vítima ou como causador de mortes, de crimes. Mas, por meio da Alvo e por meio do *hip-hop* e do *skate*, hoje, essa galera está escrevendo um novo capítulo das suas histórias, por meio da arte, da cultura, da inclusão. Eu quero dizer que eu tenho uma imensa gratidão pela Alvo, porque lá, em 2010, quando eu comecei no Mário Quintana, Mauro, levar o *skate* lá para o Mário Quintana, sonhar com uma pista de *skate* no Chico Mendes, o Jean foi um cara que acreditou. Então, mesmo não tendo uma cena local lá no Chico Mendes, o Jean colou com a Alvo, a galera comprou a ideia. Hoje, lá no Parque Chico Mendes, a gente tem uma pista de *skate*, nós temos toda uma cena de *skate* de *hip-hop* dentro daquela comunidade, e isso é um trabalho em conjunto. E a Alvo e principalmente tu, vejo o meu mano Jeferson também – Lascado, como é mais conhecido lá na Bom Jesus – e o Dfideliz que acreditaram. Então, irmão, parabéns! Esse espaço é

nosso, a voz tem que ser ativa, tem que propagar. A gente vive um momento único do *hip-hop* no Brasil. E aqui, em Porto Alegre, o primeiro Museu do Hip Hop; Rap in Cena; Casa do Hip Hop, lá no Ruben Berta. E, com certeza, lá nos anais da história, vai estar registrado que a Alvo Cultural fez parte de tudo isso. Vida longa ao *hip-hop*! Vida longa à Alvo Cultural! Tamo junto! Tamo junto, gurizada! (Palmas.)

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): O Ver. Adeli Sell está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADOR ADELI SELL (PT): Presidente Mauro Pinheiro; nosso visitante Jean e os outros visitantes; pessoal da Alvo Cultural, neste momento em que, no Rio Grande do Sul, uma professora, seguida de uma coordenação regional, tenta proibir um dos maiores autores brasileiros da atualidade Jeferson Tenório e seu magnífico romance, é bom ter vocês aqui para falar de cultura, de arte, de vida. Porque o romance do Jeferson trata exatamente da vida da periferia pulsante, como também a sua fala aqui é pulsante, é determinante. Quando você falou de *slam*, eu pensei o seguinte: o *slam*, em pouquíssimo tempo, fará o que fizeram os cordéis no Nordeste brasileiro, a arte que foi nacionalizada. O *slam* não será mais uma coisa importada; será uma coisa autenticamente local. Particpei, há dias, de um evento, de *slam*, de discussão sobre o *slam*, melhor dizendo, o *slam* é na rua. Foi incrível de ver a potência e a cabeça de muitos jovens, que instigados por essa forma dinâmica, essa forma tão bacana de uma disputa tão bonita de arte que está fazendo a história. Vocês merecem o nosso apoio; esta Câmara, sem dúvida nenhuma, dará a questão de utilidade pública para que vocês possam captar recursos. E nós aqui, em nome da bancada do PT, do Ver. Comassetto, do Ver. Jonas Reis e, hoje, da Ver.^a Polaca, porque o nosso colega Ver. Oliboni está de licença, nós queremos parabenizar esse trabalho. Também queremos dizer que os recursos da Lei Paulo Gustavo disponibilizados para Porto Alegre, assim como também da Aldir Blanc são muito importantes, devem ser imediatamente liberados para todos os projetos que venceram o último certame. Vida longa para a Alvo Cultural! Obrigado. (Palmas.)

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): A Ver.^a Cláudia Araújo está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Presidente Mauro, quero cumprimentar o Jean. Não poderia deixar de vir te cumprimentar pela tua fala, pelo trabalho que vocês realizam. Quando a gente fala de projeto social, quando a gente fala de comunidade, a gente fala de jovem, a gente fala de cultura, a gente fala de esporte, a gente fala de vida. E a gente só consegue muitas vezes transformar vidas, quando a gente oportuniza os nossos jovens. E é isso que vocês fazem.

Eu aprovei, no ano passado, a rota turística do *skate*, que também é tão importante porque conta a história do *skate* na nossa cidade, isso também fomenta a nossa cultura, o nosso esporte. Então, quero te parabenizar e dizer que vocês estão no caminho

certo, que vocês nunca desistam dos projetos, porque somente de mãos dadas a gente consegue construir e fazer cada vez mais e melhor pelas nossas comunidades. Parabéns à Alvo! Parabéns a ti e a todos que trabalham nesse projeto!

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): Agradecemos, então, a presença do Sr. Jean Felipe Almeida de Andrade, presidente da Alvo Associação Cultural; a todos que integram a comunidade, que estão juntos. Quero parabenizá-los por esse trabalho, e contem sempre com a nossa Câmara Municipal de Porto Alegre. Parabéns!

Estão suspensos os trabalhos para as despedidas.

(Suspendem-se os trabalhos às 14h57min.)

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): (15h) Estão reabertos os trabalhos. Pois não, Ver.^a Biga.

Vereadora Biga Pereira (PCdoB) (Requerimento): Presidente Mauro Pinheiro, solicito a alteração da ordem dos trabalhos, para que possamos, imediatamente, entrar no período de Comunicações, pois temos homenagem à Dra. Ivana.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): Em votação o requerimento de autoria da Ver.^a Biga Pereira. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.** Passamos às

COMUNICAÇÕES

Hoje, este período é destinado à entrega do Título de Cidadã de Porto Alegre à Ivana Machado Moraes Battaglin, nos termos do Requerimento nº 017/24, de autoria da Ver.^a Biga Pereira.

Convidamos para compor a Mesa: a Sra. Ivana Machado Moraes Battaglin, nossa homenageada; o Sr. João Ricardo Santos Tavares, presidente da Associação do Ministério Público; o Sr. Marcel Leite Moraes, esposo da Dona Ivana; o filho Caetano; a Sra. Raquel Isotton. (Palmas.)

A Ver.^a Biga Pereira, proponente desta homenagem, está com a palavra em Comunicações.

(Manifestações nas galerias.)

VEREADORA BIGA PEREIRA (PCdoB): (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Quero dizer a vocês que muitas são as mulheres que, ao conquistar espaços de poder, oferecem suas vidas e trabalho para defender e garantir a cidadania e os direitos de tantas outras. São aquelas que se dedicam a pavimentar o caminho de uma vida digna para elas, seus filhos, sua família e a sua comunidade. Dra.

Ivana Machado Moraes Battaglin é uma dessas mulheres. (Palmas.) É uma mulher, uma profissional extremamente qualificada que nos orgulha e nos honra com o seu compromisso decisivo na defesa das mulheres. Um pouco do seu currículo: A Dra. Ivana é nascida em Jaguari, é especialista em direito penal e processual penal pela UniRitter, pós-graduada em direitos das mulheres, teoria e prática transformadora pela UniDomBosco, professora na Escola Brasileira de Direito das Mulheres e na pós-graduação Simone Lemes Perícias Psicológicas. A Dra. Ivana é pesquisadora e palestrante no tema da violência de gênero, autora de projetos: Fale com Elas; Lar – lugar de amor e respeito; e coautora do projeto Voz e Vez das Mulheres. Promotora de justiça, coordena o Centro de Apoio Operacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul. Uma feminista que ingressou na carreira em 1988, atuou em promotorias de justiça com atribuições na área criminal, de direitos humanos e combate à violência doméstica e familiar contra a mulher. É integrante da Comissão Permanente de Combate à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, no Grupo Nacional de Direitos Humanos do Ministério Público. Suas atribuições no enfrentamento à violência de gênero vão além das nossas fronteiras. Representou o Ministério Público brasileiro nas oficinas de discussão da validação dos protocolos de investigação e proteção de vítimas da violência nos países da América Latina e Caribe, colaborando na publicação das diretrizes para a investigação com perspectiva de gênero, a EUROsociAL. Dra. Ivana, sua atuação profissional dedicada, sua contribuição e compromisso têm sido decisivos para consolidar avanços e conquistarmos a igualdade tão almejada. Como mulher, sabemos que as instituições do Estado brasileiro ainda guardam muito da sua estrutura machista e racista. Reconhecemos que, para chegar onde estás, sua batalha foi grandiosa; a da senhora e a de tantas outras mulheres que estão aqui hoje, para cumprimentá-la. Saiba que suas conquistas nos alcançam e nos mobilizam, por sua generosidade são conquistas de todas nós. Por isso, muito obrigada, cidadã de Porto Alegre e de todas nós. Parabéns! (Palmas.)

Vereadora Coletivo Cuca Congo (PCdoB): V. Exa. permite um aparte? (Assentimento da oradora.) Ver.^a Biga, Abigail Pereira, líder da nossa bancada do PCdoB, parabéns por esta homenagem; Dra. Ivana Machado Moraes Battaglin, promotora de justiça; nós sabemos como a violência contra a mulher ainda assola o nosso Estado, a nossa cidade, e como é necessário mulheres que se colocam nesse espaço para erradicar a violência tão sofrida. Coloco também o recorte em relação às mulheres negras, que são as maiores vítimas de todos os tipos de violência que ocorrem no nosso País. Agradeço, em nome do meu Coletivo Cuca Congo, o trabalho em defesa das mulheres. (Palmas.)

Vereadora Karen Santos (PSOL): V. Exa. permite um aparte? (Assentimento da oradora.) Quero saudar também a iniciativa, Ver.^a Abigail, Ivana, dizer que a gente vive num Estado que teve um aumento de 75% dos feminicídios. A gente vê uma situação cada vez mais enraizada na nossa cultura e a importância de a gente ter o acolhimento dentro das instituições. Aqui, na Casa, foi uma batalha a gente ter a

Promotora da Mulher, enquanto um dos espaços de acolhimento, e a gente sabe que tem muito o que se avançar em relação à nossa rede. Porto Alegre é uma capital majoritariamente de mulheres, a gente tem apenas 100 vagas nas casas de acolhimento. Então, por mais que a gente incentive a demanda, a denúncia, as mulheres se posicionem, a gente sabe que, hoje, a rede não está qualificada, se todas as mulheres que são vítimas de algum tipo de violência forem reivindicar aquilo que é direito.

Então, admiro o teu trabalho, te saúdo. Nem todas as mulheres que ocupam espaços de poder têm um compromisso com a luta das mulheres, esta Câmara, para mim, representa muito isso, pouco se avançou nas vagas nas creches, na luta contra a terceirização, na ampliação de investimento para a rede de acolhimento às mulheres vítimas de violência. Então, não basta ser mulher, tem que ter compromisso. E eu te saúdo por estar nesse lugar e ter esse compromisso com a nossa pauta. (Palmas.)

Vereadora Polaca Rocha (PT): V. Exa. permite um aparte? (Assentimento da oradora.) Parabéns pela homenagem, parabéns à Biga. Essa é uma homenagem mais que necessária, visto que 82 crianças, no ano de 2023, ficaram órfãs de pai e de mãe, em virtude do feminicídio. Então é uma luta muito mais que necessária, estão de parabéns. Estamos juntos nessa luta, muito obrigada. (Palmas.)

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): Convidamos a Ver.^a Biga Pereira para que, juntos, possamos entregar o diploma à Sra. Ivana Machado Moraes Battaglin.

(Procede-se à entrega do diploma.)

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): Convidamos a nossa homenageada, a Sra. Ivana Machado, para que possa fazer uso da palavra.

SRA. IVANA MACHADO MORAES BATTAGLIN: Ilmo. Sr. Mauro Pinheiro, Presidente desta Câmara de Vereadores de Porto Alegre; Ima. Sra. Abigail Pereira, vereadora desta Casa Legislativa; em nome de vossas excelências eu saúdo todas as demais autoridades, todos os demais vereadores e vereadoras e a todos os presentes hoje aqui nesta Casa. Uma saudação especial também aos colegas que vieram me prestigiar: João Ricardo, presidente da nossa associação do Ministério Público do Rio Grande do Sul; Raquel Isotton, chefe de gabinete do procurador-geral; e os queridos colegas Leonardo Menin, Juliana Bossardi, Fernando Andrade e Carina Albuquerque – obrigada por vocês virem. “Eu tenho uma espécie de dever, dever de sonhar, de sonhar sempre, pois sendo mais do que uma mera espectadora de mim mesma, eu tenho que ter o melhor espetáculo que posso”. Foi com essa poesia de Fernando Pessoa que eu iniciei a minha prova de tribuna há mais de 25 anos, quando eu sonhava ingressar numa carreira, a carreira do Ministério Público, para defender a Constituição Federal. Desde que eu comecei a fazer palestras país afora sobre o tema da violência de gênero, é com esse

poema que eu inauguro a minha fala. E hoje, mais do que nunca, eu creio imprescindível iniciar este breve discurso falando de sonhos, porque estar aqui recebendo o título de cidadã porto-alegrense já é a concretização de um deles. Mas existem outros tantos, senhoras e senhores, pois sou uma sonhadora incorrigível, que sonha com um mundo melhor, com justiça social e equidade de gênero, onde não exista racismo nem xenofobia, que o meio ambiente seja celebrado como uma religião e todas as crianças tenham um lar que as proteja da violência e da miséria. Sonho com a igualdade, aquela já preconizada por Aristóteles e repetida por Rui Barbosa, segundo o qual a regra da igualdade não consiste senão em quinhoar desigualmente aos desiguais, na medida da sua desigualdade. Para alcançar essa igualdade, chamada de igualdade real, eu tenho empenhado exatamente a metade da minha vida no trabalho diuturno como promotora de justiça.

O Ministério Público, instituição à qual orgulhosamente eu pertencço, busca efetivar o sonho por justiça, igualdade e concretização de direitos, garantindo a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis. Mas tem sido uma luta bastante desafiadora, eu confesso, especialmente no enfrentamento à violência de gênero, que é o tema para o qual eu tenho dedicado parte importante da minha carreira, o que inclusive motivou essa honrosa indicação para receber o título na data de hoje.

Embora nós tenhamos, segundo a ONU, uma das três melhores leis em matéria de gênero do planeta, nós também estamos no vergonhoso quinto lugar no *ranking* mundial de assassinatos de mulheres. E o Anuário Brasileiro de Segurança Pública, que foi publicado em abril de 2023, mostrou que, no ano de 2021, aumentaram todas, absolutamente todas as formas de violência contra a mulher neste País.

Nós estamos falhando como Estado, estamos falhando como sociedade e estamos falhando como cidadãos. Parece que estamos no mundo ao avesso, como relatado por Galeano, o querido Eduardo Galeano, no seu livro *De Pernas Pro Ar – A Escola do Mundo ao Avesso*. Diz ele no livro: “O mundo ao avesso nos ensina a padecer a realidade ao invés de transformá-la, a esquecer o passado ao invés de escutá-lo e aceitar o futuro ao invés de imaginá-lo: assim pratica o crime, assim o recomenda. Em sua escola, a escola do crime, são obrigatórias as aulas de impotência, amnésia e resignação. Mas está visto que não há desgraça sem graça, nem cara que não tenha a sua coroa, nem desalento que não busque o seu alento. Nem tampouco há escola que não encontre a sua contraescola.”

Façamos, pois, todos e todas nós a nossa escola para desvirar esse mundo que anda de pernas para o ar, onde a violência impera nos lares e então transborda nas ruas, porque produz mulheres abusadas, homens violentos, famílias doentes, crianças desamparadas e jovens infratores. No mundo de hoje, nascer menina é um risco, adverte a diretora da UNICEF, e denuncia a violência e a discriminação que a mulher sofre no mundo todo a despeito das conquistas dos movimentos feministas. Voa torta a humanidade, pássaro de uma asa só. Ainda temos muito a andar. E aqui me permitam mencionar uma citação de autoria desconhecida, que diz que quem caminha sozinho pode ir mais rápido, mas quem vai acompanhado pode ir mais longe. Por isso não esqueci dos agradecimentos àqueles que me fizeram chegar até aqui. Primeiramente, aos meus dois

amores da vida: meu marido Marcel, parceiro de sonhos e de ideais, e meu filho Caetano, que me ensina todo dia a ser mãe, uma tarefa das mais complexas. Agradeço também aos amigos que a vida me deu e cito o Jorge Amado para dizer que a amizade é o sal da vida; quem tem amigos, tem tudo. Agradeço com imenso carinho a Ver.^a Abigail, a querida Biga, companheira dessa luta pela equidade de gênero, por ter me proporcionado esse momento tão especial. Por fim, eu agradeço a mim mesma por ter persistido, apesar de todos os obstáculos num mundo tão desigual para as mulheres, mas eu reconheço também todos os privilégios que tive para chegar até onde cheguei. Todas as mulheres estão em desvantagem pelo seu gênero, mas algumas muito mais do que outras, por isso é que eu sigo a sonhar com a igualdade material entre homens e mulheres, e com isso o fim da violência contra mulheres e meninas, sonho nada mais do que justiça, aquela que nas palavras do mestre Saramago: “Não deverá esquecer-se de que é, acima de tudo, restituição, restituição de direitos, Todos eles, começando pelo direito elementar de viver dignamente.” Ainda há muito a fazer, ainda há muito a trabalhar, ainda há muito a transformar. Assim eu concito a todos e a todas para construir esse sonho, transformar a realidade, com urgência. Para finalizar, eu valho-me de mais um poema de um poeta russo, revolucionário, do qual gosto muito, que é Vladimir Vladimirovitch Maiakovski. “Por enquanto / há escória de sobra. / O tempo é escasso mãos à obra. / Primeiro / é preciso / transformar a vida, para cantá-la / em seguida.” Muito obrigada.

(O esposo procede à entrega de flores.)

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): Em nome da Câmara de Vereadores, parabenizo a Sra. Ivana Machado Moraes Battaglin, que, a partir de agora, faz parte das nossas galerias, como cidadã de Porto Alegre, tendo a responsabilidade ainda maior de ajudar a nossa cidade. Seja bem-vinda. Parabenizar também a Ver.^a Abigail, proponente, pela excelente escolha. Só lembrando que foi votado o título de Cidadã de Porto Alegre – um título que é votado, que precisa a maioria absoluta dos vereadores, 24 vereadores. No seu caso todos aqui votaram favoráveis, em reconhecimento ao seu trabalho. Então, mais uma vez, meus parabéns e muito obrigado pelo trabalho que a senhora exerce no nosso Estado, principalmente na cidade de Porto Alegre. Muito obrigado. Damos por encerrada a presente homenagem. Estão suspensos os trabalhos para as despedidas.

(Suspendem-se os trabalhos às 15h24min.)

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): (15h30min) Estão reabertos os trabalhos.

A Ver.^a Coletivo Cuca Gongo está com a palavra em Comunicações, depois prossegue em Comunicação de Líder.

VEREADORA COLETIVO CUCA GONGO (PCdoB): Boa tarde a todos e todas. Inicialmente eu quero saudar, como servidora pública municipal que sou, os meus colegas da Guarda Municipal, e em nome do Espírito Santo e do Alexandre Dias eu saúdo os meus colegas que há muito lutam em defesa dos direitos da Guarda Municipal e de todos os trabalhadores do município. Conheço cada um e cada uma e sei que sempre estivemos juntos e juntas na luta em defesa do serviço público e dos direitos da categoria.

(Manifestações nas galerias.)

VEREADORA COLETIVO CUCA CONGO (PCdoB): Apresento o nosso coletivo, o Coletivo Cuca Congo é um coletivo de mulheres negras, professoras, servidoras públicas do município de Porto Alegre; assumimos com o compromisso de defender o interesse do povo de Porto Alegre, em especial as mulheres negras, o serviço público, os servidores e as servidoras públicas, a educação integral, inclusive antirracista, os povos e as comunidades de matriz africana. Enfim, através de um mandato participativo, contribuir na elaboração de políticas públicas para o povo. Reafirmamos o nosso compromisso de luta pela garantia dos direitos da nossa população frente ao que vem acontecendo conosco, homens e mulheres negras e negros. Grande parte da população negra vive em situação de vulnerabilidade social; 21% da população negra brasileira está desempregada; somos 77% das vítimas de homicídio no País. O Brasil mata, em média, 30 mil jovens por ano, por morte violenta, e, desses, 27 mil são jovens negros e negras.

Eu quero referir, hoje, em especial, nessa nossa primeira sessão do mês de março, em que relembremos o 8 de março de 1911, o incêndio na fábrica de roupas em Nova Iorque. O 8 de março remete às condições de desigualdade e vulnerabilidade das mulheres no mundo; desigualdade entre homens e mulheres ainda persistem. Índices produzidos pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento e a ONU Mulheres, em 2023, colocam o Brasil entre as nações de médio e baixo empoderamento feminino e paridade de gênero. Os indicadores que medem as dimensões-chaves do desenvolvimento humano pontuam 28% mais baixo, quando aplicada às mulheres; e, no caso do Brasil, 32%. Saúde, educação, capacitação, conhecimento, inclusão no mercado de trabalho e financeiro, participação na tomada de decisões essas são as disparidades entre homens e mulheres na nossa sociedade. Esses índices servem como ferramentas para que se possa desenhar a política necessária e abrangente; políticas de saúde, igualdade na educação, equilíbrio entre vida profissional e apoio às famílias, participação igualitária das mulheres, além de erradicar a violência contra as mulheres. No dia 24 de fevereiro último, completaram-se 92 anos da conquista do voto feminino, extremamente importante e relevante, mas que nem sempre contemplou nós, mulheres negras, pois estas sempre viveram à margem da cidadania. Convido todos e todas a refletirem sobre o seguintes questionamentos: onde estão as mulheres nos espaços de poder, se somos maioria do eleitorado? Onde estão as mulheres negras na política, ainda sub representadas em todos os espaços? A nossa presença aqui hoje, junto com as pautas que trazemos,

reforçam ainda mais a necessidade de real representação da população negra, de mulheres negras nos espaços de poder. A presença das mulheres negras em todos os espaços é vital para a construção de uma sociedade verdadeiramente justa e inclusiva. É imperativo que sejamos reconhecidas e valorizadas em todas as esferas da vida, e isso inclui ocupar posições de liderança e influência.

O segundo ponto que eu quero trazer aqui, como professora há quase 20 anos da rede municipal, é uma situação relativa à proibição da utilização didática pedagógica do livro de Jeferson Tenório, *O Avesso da Pele*, por uma diretora de escola da cidade de Santa Cruz do Sul e que fez com que a Coordenadoria Regional da Educação do Estado proibisse e suspendesse, provisoriamente, a distribuição do livro para as bibliotecas das escolas da região e sua utilização em sala de aula. Menos mal que a Secretaria de Estado da Educação suspendeu a orientação da 6ª CRE, de retirada das escolas. E a Associação Mães e Pais pela Democracia apresentou representação ao Ministério Público Federal solicitando a responsabilização e reparação em nome da liberdade de aprender e de ensinar da gestão democrática, do pluralismo de ideias e dos direitos humanos. Eu quero acentuar os fatos para tentar analisar a atitude dessa diretora, descortinando o preconceito e o conservadorismo, que tanto prejuízo já trouxe ao nosso País e ao povo, não só no período recente da política nacional como em momentos do passado quando a educação nacional seguia uma doutrina de exceção, de censura, de opressão, de proibição e de perseguição. Jeferson Tenório é escritor negro, que foi agraciado por esta Casa com a comenda de Cidadão de Porto Alegre, proposta da minha camarada, e hoje deputada estadual, Bruna Rodrigues. Também foi patrono da Feira do Livro de Porto Alegre, no ano de 2020, pelo seu trabalho de excelência na área da literatura, por ser professor, por ajudar a formar leitores. Esse livro em questão integra o catálogo do Programa Nacional do Livro Didático do Ministério da Educação. O Ministério da educação, em nota publicada no sábado, informou inclusive que o romance literário está incluído no Programa Nacional do Livro e Material Didático desde 2022, ou seja, durante a gestão passada do governo federal – e as obras são colocadas à disposição. O livro foi vencedor do Prêmio Jabuti na categoria de Melhor Romance e foi traduzido para 16 idiomas, portanto obra reconhecida internacionalmente além de adaptada para o teatro. Para compor o catálogo de livros didáticos, todos os livros são aprovados por uma banca de educadores, especialistas, mestres e doutores. A Constituição Brasileira é taxativa sobre a questão dos direitos dos cidadãos e no que define como princípios para educação nacional, entre os quais destacamos: igualdade de condições para o acesso, permanência na escola, liberdade de aprender e ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento. A Lei de Diretrizes e Bases, em seu art. 3º reafirma os princípios constitucionais, desenvolvendo outros em regulamentação àqueles, definindo ainda o respeito à liberdade e apreço à tolerância, valorização da experiência extraescolar, vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais, e consideração com a diversidade etnoracial. Portanto, a educação nacional não é uma decisão pessoal definida por alguém arbitrariamente, por julgamento individual, sobre o que entende por ética ou moral e geralmente carregada pelo ranço do preconceito e da discriminação de todo o tipo; ela é um processo coletivo

formulado e pensado participativamente por diversas cabeças pensantes no macro e micro universo de construção e execução do ato pedagógico de ensino e aprendizagem. É no contato com diversificado material literário e bibliográfico que desenvolveremos nas crianças estudantes a sua capacidade crítica e reflexiva sobre diferentes abordagens do pensamento humano até então construído, bem como sua capacidade de construção e formulação de seu próprio pensamento. Julgar, *a priori*, com base em preconceito e desinformação sob pretexto de proteção somente colocará nossas crianças e estudantes no obscurantismo da ignorância. Viva Jeferson Tenório, um grande literato, cidadão de Porto Alegre, e o lugar dos seus livros é na prateleira das escolas e nas salas de aula.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Somente para retificar o pregão anteriormente feito, relativamente à licença do Ver. Aldacir Oliboni, referindo que, além da declaração de impedimento da suplente Cris Medeiros, o líder da bancada do PT, Jonas Reis, declarou também o impedimento de os suplentes Everton Gimenes, Paulo Adalberto Alves Ferreira, Baba Diba de Iyemonja, Bernardo Lucero de Carli, Alberto Terres, Maristela Maffei, Any Carmen de Avila Moraes, Pedro Leonardo da Luz Loss, Lídio Santos, Julio Cesar Riemenschneider de Quadros, Manoel Rocha da Rosa em assumirem a vereança no período. Era isso, Sr. Presidente.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): O Ver. Márcio Bins Ely está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR MÁRCIO BINS ELY (PDT): Ver. Mauro Pinheiro, na pessoa de V. Exa., cumprimento os demais vereadores e vereadoras, público que nos assiste nas galerias, na TVCâmara. Em especial a nossa Guarda Municipal valorosa, que se encontra aqui hoje, reivindicando essa questão que envolve o PLCE nº 031/2023. Que a gente possa construir a bom termo e que a gente possa chegar à expectativa da categoria, para que possamos avançar com esse plano de carreira que é tão importante para a Guarda. E tenho certeza de que nós vamos poder avançar, atendendo as reivindicações da categoria. (Palmas.) Que a gente possa avançar para chegar a bom termo nessa construção.

Eu quero aqui, Ver. João Bosco Vaz, fazer referência à sexta-feira, dia 1º, que estivemos reunidos por ocasião do natalício do presidente João Goulart, do Jango, trazer aqui a importância da democracia no nosso país. Senão, vejamos, um presidente da República que fica 12 anos exilado, morre no exílio e volta para o Brasil num caixão. Tempos obscuros, tempo de morte, de perseguição, de tortura. Acho que nós precisamos reforçar aqui a importância do direito à opinião, de termos a nossa voz, de expressarmos os nossos sentimentos e reforçarmos aqui a importância de vivermos num país democrático, então, eu quero fazer aqui referência.

Também quero cumprimentar o meu amigo Ver. Edson, conselheiro tutelar que assume hoje aqui no lugar do Janta. Parabéns pelo teu trabalho, em especial ali na Bom Jesus. Tu que foste reeleito conselheiro tutelar, cumprimentá-lo. Um querido amigo

que a gente vem acompanhando o trabalho que faz em favor das nossas crianças e adolescentes. E, de maneira muito especial também aqui, Presidente Mauro Pinheiro, falar um pouquinho a respeito de um processo que se finalizou, se findou que foi a eleição do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental, o conselho do Plano Diretor. Tivemos eleições nas oito regiões de planejamento, e cada região de planejamento engloba duas regiões do Orçamento Participativo. No formato inicial da lei, eu sei que agora parece que nós temos já um desmembramento de uma das regiões do OP. Mas, em especial, um destaque aqui para a eleição das entidades, e as entidades representativas de classe, pela primeira vez na história de Porto Alegre, o Conselho Regional dos Corretores de Imóveis do Rio Grande do Sul, o Creci do Rio Grande do Sul assume um assento e é eleito para compor o Conselho do Plano Diretor. Foram cinco as entidades de classe, então estaremos ali ao lado da OAB, ao lado da Sociedade de Engenharia, ao lado da STICC, Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção Civil e ao lado da CDL, fazendo as vezes da representação e o debate a respeito do futuro de Porto Alegre, do desenvolvimento urbano, da expansão urbana, da ocupação das áreas rarefeitas, áreas intensivas, todo esse debate sobre alturas, afastamentos. A gente sabe que desde uma largura de rua, uma testada de lote, um tamanho de quarteirão, onde vai ser o posto de saúde, a escola, a creche, muito se debate a respeito dos temas de ocupação da cidade, inclusive da regularização fundiária, das áreas autoproduzidas, clandestinas, irregulares. Então esse debate do direito à moradia digna, este debate da expansão urbana é travado lá dentro do Conselho do Plano Diretor, e os corretores de imóveis - e com orgulho aqui quero dizer que sou corretor, advogado e vereador, com muita honra - estarão também, sob o seu ponto de vista, dando a sua contribuição para a cidade. Então quero agradecer aqui, foram 35 votos numa eleição que elege nove entidades, mas as representativas de classe são cinco, e os corretores de imóveis então passam a ter um assento no Conselho do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental de Porto Alegre. Fico muito feliz em trazer em primeira mão essa informação aqui e tenho certeza de que estaremos travando um bom diálogo com o futuro do desenvolvimento urbano da cidade, sem comprometer a qualidade de vida das futuras gerações, mas sim trabalhando em prol da moradia digna, do direito à moradia e de tantas outras questões relevantes que dizem respeito à vida urbana. Pela atenção de todos, e, mais uma vez, uma saudação muito especial a nossa valorosa Guarda Municipal, muito obrigado e uma boa tarde a todos.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): O Ver. Edson CT está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR EDSON CT (Solidariedade): Primeiramente, queria agradecer a todos os que estão aqui presentes, em especial, ao Presidente Mauro Pinheiro, à Mesa, aos demais queridos vereadores e vereadoras de Porto Alegre, e também aos meus conselheiros e colegas tutelares a presença honrosa hoje aqui do Jackson, também do Fidélis, que está aqui, da Alvo Cultural, assim como o Jean, que prestam um bom serviço em relação à cultura do *hip-hop* e do *rap*, assim como todos os demais elementos

que o nosso Ver. Giovane Byl também é conhecedor. Também queria agradecer à Guarda Municipal, que se faz presente na plenária, é importante a luta, ressaltar que essa luta de vocês é digna. Trabalhando em cima dessa situação, a gente quer encontrar um denominador comum, que todo mundo saia vencedor nessa pauta que é tão importante para Porto Alegre e para a categoria. Para dar início a minha vinda e ao meu retorno na Casa Legislativa, eu gostaria de ressaltar alguns pontos – Gilson, satisfação de rever o amigo – e tratar de uma situação que assola Porto Alegre através de um serviço que, na verdade, não é um serviço, é um órgão de proteção, o conselho tutelar. O conselho tutelar de todas as dez microrregiões vem enfrentando dificuldades, como é de conhecimento de alguns vereadores da Casa, assim como o meu amigo, parceiro, o nosso colega vereador, que está aqui presente, então, como me fez essa contribuição, Márcio Bins Ely, devolvo os meus agradecimentos a você, meu irmão, que sempre esteve presente nas lutas também falando sobre o conselho tutelar. Quero ressaltar o carinho que eu tenho por ti, meu irmão. Importante falar sobre a questão do conselho tutelar, eu faço parte da microrregião 3 de Porto Alegre, é um trabalho muito árduo, onde eu tenho meus colegas Jackson, André Duarte, Marcia Amancio, Cristiano e eu, Edson, assim como os demais que são suplentes e que, algumas vezes, acabam ocupando os cargos, para poder manter o direito da criança e do adolescente como órgão de proteção. A minha fala aqui é em relação a algo que eu deixei pendurado nesta Casa com um pedido de providências, e que trago novamente para esta Casa, que é falar justamente sobre a questão das políticas públicas voltadas para a criança e o adolescente referentes à abordagem social, que hoje é uma vergonha, por não serem 24 horas atribuídas à criança e ao adolescente. Às 21h, a criança deixa de ser sujeito de direito nesta cidade. E o [art. 227 da Constituição Federal](#), Ramiro, deixa de ser exercida, onde o legislador preocupou-se que a criança e adolescente têm prioridade absoluta. E cadê essa prioridade absoluta? Pois, a partir das 21h, ela não é mais atendida na região descentralizada. Os serviços que atendem esse trabalho, com a abordagem social, quando se vê uma criança na rua fazendo mendicância, trabalho infantil, que, por vezes, acaba sustentando a família, às 17h da tarde já não tem mais atendimento por parte do trabalho e do serviço do Ação Rua, que seria a abordagem social – isso é um descaso. Na minha passagem da última vez, fiz o pedido de providência para que se retomasse a abordagem social por 24 horas em Porto Alegre, e que, de alguma forma, não foi contemplada e também tão pouco foi revista. Eu gostaria, Cassiá, que sexta-feira, que será o meu último dia nesta Casa, os demais colegas – legisladores aqui desta Casa e vereadores – tomassem, sim, partido para, novamente, chamar o secretário Léo Voigt, para que ele venha novamente falar sobre aquilo que ele veio e prometeu, que aumentaria os recursos direcionados para essa demanda, que são crianças e adolescentes no estado de rua, situação de fome, negligência familiar, negligência de todas as formas, que é uma vergonha para Porto Alegre ver tudo isso nas ruas de forma descarada e não ter uma resolutividade. Deveria, sim, a assistência social trabalhar nesse conjunto, na transversalidade e também com resolutividade, assim como compõe na própria [Resolução nº 109 do CNAS](#), onde diz que ela tem que ter prioridade absoluta, com resolutividade, e não tem. A Resolução nº 109, para quem não sabe, é que norteia.

Só para concluir, eu gostaria muito que, nesta Casa, fosse debatida toda essa situação. Está bom, pessoal? Obrigado.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): O Ver. Eng^o Comassetto está com a palavra em Comunicações. (Pausa.) A Ver.^a Lourdes Sprenger está com a palavra em Comunicações.

VEREADORA LOURDES SPRENGER (MDB): Sr. Presidente, senhoras vereadoras e senhores vereadores, hoje eu vou falar de um tema que foi novidade, eu digo novidade em nível de País, porque nós também repassamos recursos das nossas emendas, independente do orçamento que o Município disponibiliza para a causa animal – que é de quase R\$ 6 milhões – para realizar um censo. Por que realizar esse censo animal? Porque no momento em que nós vamos tratar no ministério sobre recursos, sobre envio de insumos para Porto Alegre, que se tenha uma base, pode ser por estimativa, de números para podermos argumentar. Então começou no ano passado esse edital, tem a empresa que fez esse censo e foi uma novidade. Pessoas que estão acostumadas com estatísticas. E o que se apurou? Eu repassei os R\$ 150 mil e se indicou que a cidade tem 815 mil cães e gatos no total. E o levantamento por amostragem foi coordenado pelo nosso Gabinete da Causa Animal, que não é secretaria, ele está vinculado ao gabinete do prefeito, nos meses de julho a outubro de 2023, em quase cinco mil domicílios da capital gaúcha. Até eu tenho uma imagem em *pen drive* para passar – não sei onde está o Luiz Afonso, para passar essas imagens – enquanto eu vou lendo. Conforme esse censo, são 533 mil cães e 281 mil gatos em toda a cidade; desse total, os animais semidomiciliados, que são aqueles que têm tutores, mas saem pra dar as voltinhas, sem uma supervisão, somam 33% de gatos, ou seja 93 mil, e 8,5% de cães, ou seja 45 mil. Já os animais que vivem na rua, não domiciliados, animais de rua como se diz, chegam a 21 mil cães e 11 mil gatos – eu estou arredondando. Então, quando se fala em resgate, que o animal ficou e ninguém fez nada, são muitos animais, não temos como ter lares para todos, mas a gente se esforça para atender os casos mais urgentes. Eu destaco ainda que circulam diariamente em Porto Alegre em torno de 66 mil cães e mais de 100 mil gatos, levando em conta os de rua e os semidomiciliados. Então, a pirâmide etária mostra que os cães e gatos são, na maioria, fêmeas, jovens, entre um a seis anos de idade. (Procede à apresentação.) Outro dado em relação a isso é o número de animais por domicílio. No geral, o estudo mostrou que praticamente a metade das moradias, 47%, possui cães e 74% possui gatos. Os cães estão principalmente nas casas, 67%, e menos nos apartamentos, 32%. São números. Cerca de 30% das casas e 20% dos apartamentos têm pelo menos um gato. Então, o censo também irá fortalecer as políticas públicas do governo municipal, porque você pode direcionar ações para os locais que mais se destacam esse número de animais, principalmente os de rua.

Em 2023, como uma das primeiras ações, porque a gente busca muito nos municípios e depende da caneta dos prefeitos, nós realizamos no Município 31 mil castrações, quase 8 mil na unidade de saúde animal e 23 mil em clínicas descentralizadas.

Das nossas aprovações, sessenta e poucas mil castrações já foram feitas e, com isso, chegando a 80 mil, a 100 mil que estão já aprovadas, deixarão de nascer em torno de 3,2 milhões de animais. Isso já ajuda para termos menos denúncias, menos animais nas ruas, menos zoonoses pela cidade.

Também eu quero aproveitar e pedir aos prefeitos lindeiros, de Viamão, Alvorada e Cachoeirinha, que aprovelem o orçamento, aprovelem o orçamento na prefeitura para as pessoas não ficarem pedindo o serviço de Porto Alegre. Vamos fazer a política pública também nos municípios lindeiros, e que esses prefeitos aproveitem, porque agora nós temos eleições, que coloquem em suas pautas esse interesse de controle populacional. Muito obrigada.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): O Ver. Engº Comassetto está com a palavra em Comunicações.

VEREADOR ENGº COMASSETTO (PT): Sr. Presidente, meus colegas vereadores e vereadoras, prezado público que nos assiste e nossos visitantes que estão aqui para debater um tema tão importante para a cidade de Porto Alegre. Eu quero tratar hoje aqui de dois temas, o primeiro deles, Ver.^a Polaca – quero lhe dar um abraço aqui em nome da nossa bancada, por assumir na semana, no mês da mulher, como nossa suplente, vereadora do Partido dos Trabalhadores, seja bem-vinda –, é um tema que está sendo muito polêmico ali na região da Rua Cel. Bordini, sobre o NEEJA Paulo Freire. O Executivo municipal está com um projeto de reformar aquela estrutura que atende a toda aquela população daquela região centro/norte da cidade de Porto Alegre. O NEEJA Paulo Freire, ao longo de quase quatro décadas, é um espaço educacional na Rua Cel. Bordini, que tem sido um verdadeiro pilar para a educação, moldando o futuro de mais de 27 mil pessoas da região, que não tiveram a oportunidade de estudar e que estudam nessa escola para jovens e adultos. A proposta da Secretaria de Educação, Ver. Robaina, nosso líder da oposição, é retirar de lá a Escola Paulo Freire, mesmo que temporariamente, e isso está ocasionando um debate muito grande e uma resistência na região. Portanto, o nosso apelo aqui à Secretaria Municipal de Educação, é que nós consigamos fazer a reforma mantendo essa escola de educação de jovens e adultos naquela região da Rua Cel. Bordini.

Vereador Adeli Sell (PT): V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Muito bem posta a questão, Ver. Comassetto, porque a população da Zona Norte é que de fato acessa esse local, são sete ônibus que passam na proximidade e, portanto, essa é a melhor localização. Passar essa escola para a Rua Felipe de Oliveira, ela é totalmente contramão para o pessoal que necessita; então, ficaria a descoberto toda a Zona Norte. V. Exa. tem toda a razão, é preciso que a gente levante a nossa voz e faça uma campanha para que ela permaneça lá; se tiver problemas estruturais, que seja reformada.

VEREADOR ENGº COMASSETTO (PT): Muito obrigado, Ver. Adeli; pois é justamente essa escola, o Núcleo Estadual de Educação de Jovens e Adultos e de

Cultura Popular Paulo Freire, que é um símbolo ali de resiliência, de inclusão e oportunidades para aqueles que querem e precisam estudar, que seja mantida. Então, o nosso apelo aqui à Secretaria Municipal de Educação é no sentido de produzir a reforma daquele prédio, a engenharia já disse que é possível, mantendo ali a escola. Aqui fica o nosso apelo, o nosso pedido e o nosso abraço a toda a comunidade que defende a permanência da escola Paulo Freire na Rua. Coronel Bordini.

Queria também trazer aqui outro tema importantíssimo para o Brasil: na última semana, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva lançou mais um programa, o Programa de Democratização de Imóveis da União – Imóvel da Gente, no dia 26, para que possamos desenvolver prioritariamente Habitação de Interesse Social. Aqui em Porto Alegre nós temos inúmeros prédios públicos federais, estaduais e municipais; portanto, trago esse debate aqui porque isso será uma pauta da revisão do nosso Plano Diretor; nós temos que ter uma clareza de uma diretriz política que é colocar pessoas para morar no Centro de Porto Alegre. Por que colocar as pessoas que necessitam habitação cada vez mais longe, para as periferias. Por que os trabalhadores no comércio, nos restaurantes, o pessoal da segurança pública não podem morar no Centro de Porto Alegre? Porto Alegre, o seu Centro está sendo esvaziado; portanto, faço um apelo aqui ao Ver. Cecchim e ao líder do governo para que o governo municipal não venda mais as áreas e os prédios públicos municipais, que traga para a agenda para construirmos uma política municipal de habitação de interesse social, ocupando os prédios que estão vazios no Centro da cidade, que devem ser destinados, Presidente, para a moradia de interesse social. Um grande abraço.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): O Ver. Moisés Maluco do Bem está com a palavra em Comunicações. (Pausa.) (Desiste.) O Ver. Pedro Ruas está com a palavra em Comunicações.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Presidente Mauro Pinheiro, que preside a Casa e a sessão; vereadoras e vereadores; público, seja pela TVCâmara, seja pessoalmente, que nos dá a honra com sua presença. Eu, com o maior respeito pelas pessoas que pensam diferente, acho que nós temos que combater esse projeto do Executivo com relação à Guarda. Nós temos que ser contra esse projeto. Com o maior respeito, porque eu respeito...

(Manifestações nas galerias.)

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Eu acho que a vaia é um direito, pode exercê-lo, não tem problema, não; continuamos, inclusive, amigos, eu respeito muito o trabalho de vocês. Eu acho que o Executivo não foi feliz ao estabelecer este plano de carreira; eu tenho 68 anos, advogo para trabalhadores desde os 21, quando era estagiário ainda. Então, trabalhador, comigo sempre tem vantagem, seja os trabalhadores que me aplaudem, seja os que me vão, não importa. E fiz muitos planos de carreira,

muitos projetos na vida, muitos, muitas vezes fui contratado por categorias de profissionais de toda a natureza, de toda a espécie para elaborar os projetos, os planos de carreira, até para evitar, a categoria tinha medo de equiparações salariais, tinha que ter plano de carreira, enfim. Mas esse é muito ruim, com todo o respeito, ele é muito malfeito, ele tem inúmeras falhas, tem objetivos que eu desconheço, porque eu não sei se é apenas erro - e poderia ser, teoricamente -, mas é também ou ambos só, uma intenção que não chega a nós, uma intenção do Executivo, Então, quando o projeto tem essas características, quando o projeto tem essa maneira de ser apresentado, e eu não tenho dúvida, eu não estou aqui para ser, aliás, nenhum de nós aqui, eu não estou aqui para ser simpático, eu estou aqui para tentar ser verdadeiro, sempre. Portanto, sou contra o projeto, é óbvio, ele é ruim para a categoria, ele é ruim para o Município, ele é ruim para cidade, ele é ruim para o Executivo, ele é ruim para sociedade, ele não é bom para ninguém, e eu digo, com o maior respeito também, que ele não é bom nem para quem o quer, nem para quem o quer. O projeto foi malfeito. Então, eu respeitando as opiniões contrárias a minha, e respeito, ainda mais trabalhadoras e trabalhadores, respeito, eu quero reiterar que o nosso compromisso, das vereadoras e dos vendedores aqui, é votar segundo a sua consciência e segundo o que conhecem de cada tema, querida Fran Rodrigues, nossa vereadora; minha prezada líder, Karen Santos; Ver. Roberto Robaina, líder da oposição; nós, do PSOL, particularmente, mas é uma característica das vendedoras e vendedores, por óbvio, e é uma obrigação votarem segundo o que pensam e o que sabem. Este tema, plano de carreira, modéstia parte, eu conheço muito, eu conheço bastante. Nós falávamos há pouco, Karen, quando houve a homenagem ao *hip-hop*, até o Ver. Cecchim falou também, não é um tema que eu conheça como V. Exa., por exemplo. Mas outros tantos, os 60 anos do golpe de 1964, eu estou em todas as descomemorações, são vários temas que V. Exa., nossa líder, sabe que eu atuo. E plano de carreira eu conheço há mais de 40 anos, eu trabalhei a vida inteira, Ver. Robaina, com isso, este projeto é muito ruim, ele precisa ser derrotado. Eu estou antecipando, não é hoje a votação, mas eu queria deixar clara a minha posição, eu gosto da clareza, se alguém falar comigo para elogiar minha posição, eu agradeço, se é para criticar, eu não me incomodo, reconheço o direito da crítica evidentemente, mas o projeto é ruim, eu vou lutar muito contra ele. Obrigado.

(Manifestações nas galerias.)

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): O Ver. Ramiro Rosário está com a palavra em Comunicações, por cedência de tempo da Ver.^a Psicóloga Tanise Sabino.

VEREADOR RAMIRO ROSÁRIO (PSDB): Presidente Mauro Pinheiro, antes de mais nada, agradeço à colega e amiga Ver.^a Psicóloga Tanise Sabino pela cedência do espaço; parabênizo também aqui, com todo o meu carinho e a minha admiração, a nossa Guarda Municipal que está aqui presente. Seja de um lado ou de outro, neste momento, sei que o que une vocês é algo muito maior do que esta questão deste PL

especificamente, é a cidade de Porto Alegre, o comprometimento que vocês têm para o zelo e o cuidado com a nossa cidade, e o meus parabéns a vocês por isso. (Palmas.)

Olha, quero deixar bem claro que a minha fala aqui, nesse período de Comunicações, não tem absolutamente nenhum ataque, algo contra o escritor, ao cidadão Jeferson Tenório. Inclusive eu votei favorável ao título de cidadão da cidade de Porto Alegre a ele por entender que, dentro da nossa cidade, ele cumpre os requisitos para a valorização de um escritor, de um artista. Eu defendo a liberdade de expressão, a liberdade artística acima de tudo, mas o que nós vamos tratar hoje aqui não se trata de liberdade de expressão e nem de liberdade artística. Uma colega vereadora subiu antes aqui, pegou um texto longo, leu esse texto falando sobre censura, sobre perseguição ao escritor, à sua obra. Mas ela não falou a verdade porque, na verdade, eles sempre buscam esconder – o PT, o PSOL, o PCdoB, a esquerda – algo que nós denunciemos corriqueiramente não apenas nesta tribuna, mas em muitas outras tribunas do País, que é a doutrinação ideológica, que é a vulgarização da educação. As palavras que eu lerei agora aqui, numa condição normal, num texto normal – depois eu o concedo aparte, Ver. Adeli Sell –, num discurso normal certamente seriam objeto de repulsa de muitos de vocês. E eu até talvez, Presidente Mauro Pinheiro, teria os puxões, a orelha puxada aqui pela Comissão de Ética por dizer essas palavras à tribuna da Câmara de Vereadores. Porém, como são palavras escritas numa obra, num livro comprado pelo governo federal, contrato feito ainda na gestão passada, pago nesta gestão, dinheiro dos pagadores de impostos – R\$ 1,5 milhão –, 118 mil exemplares destes livros distribuídos em escolas públicas do País para adolescentes até 17 anos, menores de idade: “Então, como ele é, tem pegada mesmo, como dizem dos negros? E o pau dele é grande? É verdade que são insaciáveis? Qual o cheiro dele?” E aí continua: “Vem minha branquinha. Vem meu negão, chupa a tua branquinha. Chupa o teu nego. Adoro tua pele branquinha. Adoro a tua pele, meu nego. Adoro tua boceta branca. Adoro o teu pau preto. E de repente vocês gozavam.” Esse livro foi comprado por pagadores de impostos e distribuído para a rede pública para adolescentes menores de idade. Vocês realmente acham que esse tipo de palavreado, esse tipo de educação, Ver. Adeli Sell, é o que cabe para crianças, jovens, na educação pública? Aqui não é uma questão de racismo, não é uma questão aqui de educação sexual, nós estamos tratando aqui de palavras pornográficas, que talvez nem nos melhores livros de antigamente, Ver. Adeli Sell, quando não tinha internet ainda, quando não tinham alguns tipos de revista, nem nas pornochanchadas mais vulgares teria esse tipo aqui de palavra. Então, fica aqui o repúdio a este tipo de conteúdo para crianças, adolescentes da rede de ensino.

Vereador Adeli Sell (PT): V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Vereador, V. Exa. não deve ter lido Jorge Amado, porque Jorge Amado é muito mais picante. Esse é um dos grandes autores nacionais: Jeferson Tenório! Eu tenho orgulho de ter Jeferson Tenório, professor da UFRGS, um escritor maravilhoso, assim como o José Falero – dois nomes nacionais que ficarão na história! E quem os critica hoje vai para o lixo da história.

VEREADOR RAMIRO ROSÁRIO (PSDB): Ver. Adeli Sell, para concluir, Presidente Mauro Pinheiro, como eu disse aqui no início, não se está aqui atacando a figura artística ou do escritor, tanto é que votei a favor do título de cidadão dele nesta cidade. O que eu não concordo e não admito é que este tipo de conteúdo sirva para a educação de menores de idade, sobre esse tipo de palavreado, sobre esse tipo de conteúdo para a minha filha, quem decide sou eu e não um burocrata em Brasília querendo fazer agrado com o dinheiro dos outros. Muito obrigado.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): Está encerrado o período de Comunicações.

A Ver.^a Mônica Leal está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA MÔNICA LEAL (PP): Presidente, eu confesso que já estava estarrecida com o fato de um livro distribuído em escolas, para adolescentes em idade de formação, com linguajar chulo, baixo; aí eu vejo uma colega chegar nesta tribuna e defender isso! Ora façam-me o favor! Das duas, uma: não é nem esquerda, nem direita, porque eu fui pesquisar, o livro foi liberado no governo passado e distribuído neste governo, ou seja, não é coisa da esquerda nem na direita – pior! –, é coisa de gente que não leu para distribuir o livro. É grave liberar esse tipo de leitura inadequada para crianças e adolescentes em idade de formação. Agora, o que eu mais me admiro – me belisca, na linguagem popular! – é alguém tentar defender algo que não tem defesa. Por favor, eu peço que coloquem aqui no telão o vídeo, mais uma vez, porque eu, Mônica Leal, não tenho coragem de repetir essas palavras por uma questão de respeito a vocês – então eu pedi que colocassem o vídeo –, imagina as crianças em sala de aula.

(Procede-se à apresentação.)

VEREADORA MÔNICA LEAL (PP): O que eu gostaria de trazer para a reflexão é que nós, mães, pais, avós, nos é dado o direito de decidir quando e como nós vamos ensinar, falar sobre educação sexual, por uma razão muito simples: eu tenho três filhos e cada filho é um filho, um mais maduro, um mais imaturo; eu, mãe, sei o momento em que o meu filho ou a minha filha estão preparados para receber tipo de educação sexual. Não com esse lixo, com esse linguajar chulo de baixo calão. Isso nem pensar. Mas o que também me surpreende é que a Secretaria de Educação básica foi o órgão que fez a avaliação e aprovou. Isso é muito grave. Não bastando isso, a professora Janaína, de uma escola da cidade de Santa Cruz, fez corretamente em se indignar com esse material, porque seria um material que ela teria que trabalhar com os estudantes. Além de não concordar, ela está constrangida, ela só solicitou retirada do material da biblioteca. E, para a minha surpresa, hoje, eu leio que a Seduc nega orientação para a retirada de livros. Ora, por favor, a Secretaria de Educação do Estado então concorda? Isso é muito grave. Isso é um risco muito grande nós sabermos que os nossos filhos, as nossas crianças em idade de

formação, adolescentes estão com o material inadequado e inapropriado. E os especialistas, médicos e psiquiatras dizem que é importante desenvolver hábitos de leitura desde os anos iniciais do ensino, como forma de laboratório, de debates, a leitura dentro e fora da sala de aula. Especialistas dizem que o suporte para alunos, pais e professores é importante. E nós estamos aí nessa situação que é gravíssima. Eu considero muito grave e o meu repúdio a esse material distribuído nas escolas em idade de formação dos nossos alunos e principalmente pela decisão da Secretaria de não proibir, a Secretaria Estadual que liberou

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): A Ver.^a Psicóloga Tanise Sabino está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA PSICÓLOGA TANISE SABINO (PRD): Boa tarde, Presidente Mauro, boa tarde, colegas vereadores que estão aí no plenário, a Guarda Municipal que está aí presente, eu estou aqui numa agenda externa, já estou retornando para a Câmara logo, estou escutando atentamente aqui o plenário e os colegas a falarem sobre este livro e é sobre isso que eu quero falar também, eu quero manifestar o meu sentimento de repúdio com o que vem acontecendo nas escolas públicas do nosso Brasil. Eu tenho recebido diversas falas de pais, de mães preocupados com a possível utilização do livro *O Averso da Pele*, do autor Jeferson Tenório. O objetivo desse livro é deixar explícitas as marcas violentas deixadas pelo racismo sofrido pelo negro, seja em sua rotina, trabalho escolhas. No entanto, o autor escolheu utilizar a linguagem de baixo nível, de baixo escalão para expor determinadas situações, chegando em determinados momentos a utilizar expressões chulas ao descrever atos sexuais envolvendo os personagens do livro. Aqui o colega que me antecedeu, o Ver. Ramiro Rosário, chegou a ler alguns trechos, eu fiquei pensando se eu lia também, mas eu me senti constrangida em ler esses trechos, a Ver.^a Mônica também já expôs aqui. Então o meu repúdio não é referente ao livro em questão, pois se tu tens interesse em adquirir esse livro, tu vais numa loja ou livraria e tu compras, mas o meu repúdio é ser ofertado pela educação para os estudantes, este é o meu repúdio. Aqui não é censura, pelo contrário, nós trabalhamos com a questão da liberdade, mas esse livro não pode ser distribuído pelo Ministério da Educação para as escolas públicas o ensino médio. Isso é um absurdo. O meu repúdio é nesse sentido, é a obrigação de distribuir essa literatura nojenta, asquerosa, isso não pode acontecer, nós não podemos nos calar frente a essa barbaridade. Então a gente não pode ser conivente nesse sentido. A escola precisa respeitar os princípios e valores que cada aluno traz consigo, aqueles apreendidos dentro de casa, no seio da família. Por isso eu espero, sim, que o Ministério da Educação reveja suas ações, pois elas impactam, e muito, na vida dos nossos jovens. Muito obrigada, Presidente.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): O Ver. Tiago Albrecht está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR TIAGO ALBRECHT (NOVO): Sr. Presidente Mauro, senhoras e senhores vereadores, assistência nas galerias, reitero a saudação do Ver. Ramiro de que esta é a democracia onde livremente vocês podem se manifestar em momentos oportunos, entoar cânticos, mas sempre com respeito e sabendo que o que nos une é maior do que o que nos separa. Portanto acho que a democracia de Porto Alegre, na Casa do Povo, sai fortalecida com essa vossa atitude, cada um pleiteando o seu quinhão, porém com respeito e democracia. Eu gostaria de externar a preocupação do partido NOVO não só em Porto Alegre, mas em todo o Brasil com o projeto de lei que Luiz Inácio está enviando para o Congresso Nacional. Externo essa preocupação, porque, do governo que ia fazer o pobre andar de avião, estamos virando o governo em que o pobre não vai poder andar de aplicativo no Brasil. Antes que alguém possa dizer que essa é uma pauta federal, e ela é, primeiro, que nós estamos inseridos na República Federativa. Ainda que aconteça em Brasília, nós colocamos os políticos lá. E o segundo ponto é que, se esse famigerado projeto for aprovado, Ver. Ramiro, haverá uma escala de desemprego e perda de renda como poucas vezes, ou como diz o descondenado, nunca antes, na história deste País, haverá uma perda de renda, haverá uma quebradeira geral nesse segmento. Lula disse que precisa arrecadar dinheiro para cobrir o rombo do orçamento, depois de atacar os que menos ganham, taxando compras na China, e aqui eu faço a brincadeira para deleite do Veio da Havan: mirou na China e acertou no Veio da Havan. Agora é a vez dos motoristas de aplicativo serem atacados. E o governo está querendo essa taxa não porque pensa nos motoristas. O governo está querendo taxar os aplicativos porque quer arrecadar com a previdência, quer que se pague 7,5% sobre o salário de contribuição e que as empresas de aplicativos paguem 20% de previdência. Evidentemente que a empresa vai recalcular e vai repassar esse Custo Brasil para o motorista e principalmente para o cliente. Jornada de trabalho – os motoristas ainda terão que trabalhar no máximo 8 horas por dia; se eles quiserem trabalhar mais para ganhar mais, terão que pedir autorização sabe para quem? Para o sindicato. O Lula quer botar motoristas de aplicativo debaixo do cabresto de um sindicalista que não trabalha, só faz algazarra, seja na rua, seja nas fábricas, seja nas Casas Legislativas. A remuneração será de R\$ 32,09 por hora trabalhada, desses, R\$ 8,02 são referentes ao trabalho e R\$ 24,07 aos custos do motorista. E a pergunta que eu faço: se a esquerda, principalmente o PT, diz defender o trabalhador – afinal está no nome: Partido dos Trabalhadores –, por que será que há tantos trabalhadores reclamando dessa regulação? O presidente da Federação dos Motoristas disse hoje que essa regulamentação só serve ao governo para arrecadar mais com contribuição previdenciária, as plataformas, na sua visão, já pagam mal, e o governo determina um ganho mínimo, abaixo do que os motoristas já fazem, diz o presidente. Legalmente Lula está autorizando aos aplicativos a pagarem ainda menos aos trabalhadores. Que Partido dos Trabalhadores é esse que quer que o trabalhador ganhe menos, que não tem a sua liberdade de trabalhar resguardada? Por isso, antes de subirem à tribuna para me retorquir, para defender este projeto, que os petistas ao menos se deem ao trabalho de conversar e ver a opinião dos motoristas de aplicativo. Opinião essa que majoritariamente, a começar pela Federação dos Motoristas, é contra. Presidente, concluo

dizendo que se este projeto passar será o fim da livre iniciativa no Brasil. Voltaremos, Ver. Cecchim, que me dá atenção neste momento, a ser escravos dos sindicatos, reféns de políticos e a liberdade estará ameaçada. A depender do partido NOVO, em Brasília e nesta Casa, não passarão! Obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): O Ver. Roberto Robaina está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Presidente Mauro Pinheiro, vereadores e vereadores, público que assiste das galerias e pela TVCâmara, eu venho à tribuna para apenas assinalar dois temas, um ligado à necessidade de se ter uma atenção especial sobre a situação do HPS, que está com superlotação, nós já fizemos a notificação para a Direção do hospital e nada ainda foi feito com relação à superlotação do HPS – ponto um. Muito grave! O ponto 2 é sobre o tema do Olímpico, eu quero discutir o tema do Olímpico e acho que a Câmara dos Vereadores deveria se debruçar sobre isso porque nós temos, há mais de 10 anos, abandonada aquela região, desvalorizando-se aquela região. Todos os prazos que a Prefeitura deu já passaram, a OAS e as suas herdeiras não tomaram as medidas necessárias lá na Arena, as contrapartidas definidas por lei, e a Câmara dos Vereadores não tem discutido esse assunto como deve discutir, exigindo que medidas sejam tomadas. Não é possível que aquela região seja abandonada, desvalorizada. O Olímpico, não vou aqui discutir todo o projeto da Arena, que, na minha opinião, poderia ter sido diferente, mas não é possível que já tenham se passado mais de dez anos e a situação continue igual, com a OAS fazendo qualquer coisa, a OAS não precisa dar explicação nenhuma, não cumpriu as suas contrapartidas e segue lá abandonada a região, desvalorizando uma enorme região da cidade, empobrecendo as pessoas na prática, e isso não pode continuar sem que o poder público atue, e a Câmara não tem debatido isso.

Eram os dois temas que eu queria apontar na tarde de hoje para que a Câmara debata. Quero assinalar, quero reforçar e dizer que vou voltar a eles. Não é possível que o Olímpico siga abandonado e não é possível que o HPS continue com superlotação.

Essas são as minhas pautas, mas daí a gente acompanha o debate e a gente tem que também se pronunciar sobre o que falam aqui. E eu confesso para vocês que esta Câmara dos Vereadores, Presidente Mauro Pinheiro, às vezes dá vergonha. Quando nós tivemos aquela aprovação de um protesto contra o Alexandre de Moraes, o presidente do Tribunal Superior Eleitoral, foi um momento de vergonha. Quando nós tivemos a votação na Câmara do Dia do Patriota, comemorando 8 de janeiro, foi um dia de vergonha. Saiu no Jornal Nacional, saiu no Fantástico, em menos de 24 horas se mudou a votação aqui, porque os próprios vereadores que aprovaram aquilo não tiveram coragem de bancar o que defendem.

Mas hoje, mais uma vez, eu vejo aqui vereadores e vereadoras usarem a palavra, mais uma vez explicando o porquê que a Câmara, de vez em quando, é motivo de vergonha. Então, nós vemos vereadores aqui horrorizados com o livro. O Jefferson

Tenório, um escritor consagrado, que escreveu um livro sobre o racismo estrutural, e aí vem o moralista Ramiro Rosário ler aqui as cenas de sexo. E me lembrou aqueles personagens lá do Chico Anísio, tinha um programa do Chico Anísio que tinha uma mulher que, cada uma vez que falavam de sexo, ou mencionava alguma palavra que nem tinha relação com o sexo, ela colocava as mãos e se atirava no chão horrorizada. Parece esse moralismo barato de vereadores, como se os vereadores não falassem palavrão, como se não pudesse se falar de sexo. Que sociedade é essa que não se pode falar de sexo? Daqui a pouco vão querer censurar, censura retroativa, aos programas do Nelson Rodrigues que passavam na Globo. Não, não pode falar de sexo. Eu vi aqui até uma psicóloga falar. Imagina se eu ia colocar o meu filho, a minha filha para uma psicóloga que acha que é proibido falar de sexo, quando já a psicanálise, quando já o Freud, no final do século XIX, no início do século XX, fundou a psicanálise e mostrou que essa repressão sexual é a razão pela qual se produz todo o tipo de patologia. E nós temos vereadores aqui que querem propagar a repressão: “Não, os adolescentes não podem ler”; e aí vem para a tribuna ler as partes sexuais do livro. Mas não tem mais o que discutir? Não tem mais o que debater? Os vereadores e vereadores deveriam estar preocupados em fazer com que a Câmara produza políticas decentes. Política decente significa o HPS não continuar com superlotação; política decente significa o Olímpico não ser abandonado; política decente significa discutir uma conciliação sobre o plano de carreira da Guarda Municipal, que está aqui acompanhando a sessão sem entender como é que pode uma Câmara de Vereadores discutir tanta asneira, tentando estabelecer um padrão de moral, que eu sei muito bem que esses vereadores não têm. Então, eu acho que nós temos que elevar o nível, debater o que interessa e não propagar a repressão sexual e a patologia produzida por essa repressão. Muito obrigado.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoo o PR nº 012/24, de autoria da Mesa Diretora.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): A Ver.^a Fernanda Barth está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA FERNANDA BARTH (PL): Caros colegas, tantos temas para nós tratarmos aqui, que é até difícil selecionar um entre tantos temas. Sim, a Guarda Municipal que está aqui pela quinta ou sexta vez, defendendo aquilo que eles acreditam – respeito a posição. Tantas coisas que a cidade precisa, mas tem temas que nós não conseguimos e não podemos nos furtar de tratar, são temas que tocam fundo a sociedade, que tocam fundo a família, a formação de crianças e adolescentes e que estão acima de qualquer questão, por quê? Porque eles fazem parte da base de formação da sociedade. Eu ia começar falando de outro tema, mas em virtude da fala que me antecedeu, vou ser obrigada a trocar, a inverter a ordem dos fatores. Eu acho que o PSOL fica muito incomodado cada vez que a agenda deles é revelada e exposta na sociedade, porque eles vêm aqui e ficam completamente descompassados, gritam e esperneiam, toda vez que se

escancara a agenda de doutrinação, agenda de sexualização precoce, aí vêm aqui, xingam e falam. Mas o que fica muito claro é que, enquanto autoridades diversas, de diversos governos... Aqui não vou botar a culpa só no PT e na esquerda, porque o MEC estruturalmente é um problema, isso aconteceu durante o governo Bolsonaro também, acontece em todos os governos, de ter livros impróprios ou inadequados para as idades, sendo distribuídos, como foi o caso do livro do Jabuti, Estórias de Jabuti, que tratamos aqui no ano passado, do Jabuti que tirava mel – não vou entrar em detalhes aqui. Ninguém está impedindo adolescentes de lerem livros pornográficos ou de sexo, mas que façam em casa ou entre amigos. A escola tirou dos seus estudos, autores como Machado de Assis, José de Alencar e tantos outros clássicos da literatura nacional, que dificilmente são tratados; a mesma coisa na aula de filosofia, quando dificilmente se trata de filósofos consagrados, parece que há uma troca, uma inversão, quanto mais linguagem chula, melhor; quanto mais deseducação, melhor; quanto mais subversão dos costumes, melhor; é um processo de deseducação, aculturação, em burrice. Infelizmente, aos nossos jovens é retirado o direito de aprender, substituído por outra coisa, que a gente não sabe direito o que é ainda. Com certeza, ninguém está falando em repressão sexual aqui, mas na defesa dos pais, das mães e dos jovens. É uma pena a gente ver o que acontece com a educação no nosso País, em todos os níveis: a proliferação do que é a esdrúxulo, chulo, propaga e prolifera. É por isso que a gente bate o pé aqui dentro e diz: queremos uma escola sem doutrinação política, não importa se de esquerda, direita ou centro, queremos uma escola que, de fato, faça com que os alunos tenham condições de cada vez progredir mais, entender mais sobre o mundo, saber mais sobre educação, sobre ciência, sobre matemática, sobre português, sobre literatura. Quando eles quiserem escolher aquele livro para ler, que eles escolham por sua livre vontade, não porque o MEC mandou distribuir ou algum professor doutrinador quis impor em sala de aula.

Por fim, a sobretaxação e a perseguição aos serviços como Uber, iFood, Rappi, 99, só mostra a falta de entendimento sob a lógica desse tipo de trabalho, que todo o comunista, socialista ou marxista têm. Enquanto eles veem a plataforma como algo que explora, eles estão fechando os olhos para ver as plataformas como algo que, de fato, ajudou milhares de pessoas que ficaram sem emprego durante a covid-19, por exemplo. Essas plataformas salvaram a vida de milhares de pessoas, e taxar, perseguir e fazer o que estão fazendo hoje no Brasil, com essas plataformas, só vai trazer desemprego para milhares de trabalhadores e prejudicar mercadinhos, restaurantes, supermercados que dependem desses serviços de entrega hoje para sobreviver, porque se estruturaram dentro dessa lógica. Então nos deixa muito tristes de ver, mais uma vez, esse desgoverno petista, que persegue quem quer empreender e trabalhar no Brasil, que não cansa de taxar, sobretaxar a todos e a tudo e que desperdiça dinheiro público dia e noite em viagens absolutamente absurdas, luxos desnecessários, e sim cartões corporativos com 100 anos de sigilo. Obrigada.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): O Ver. Jessé Sangalli está com a palavra para uma Comunicação de Líder. Solicito à Ver.^a Fernanda Barth que assuma a presidência dos trabalhos.

(A Ver.^a Fernanda Barth assume a presidência dos trabalhos.)

VEREADOR JESSÉ SANGALLI (Cidadania): O governo acaba de anunciar a taxa de 27,5% sobre os transportadores de aplicativo, aqui no nosso País. Muitos dos senhores, inclusive, vieram de carro por aplicativo para participar dessa manifestação, tanto a favor ou contra o projeto que vai ser votado em breve aqui. E o que o governo não disse, é que vocês vão pagar mais caro por esse transporte e o trabalhador vai receber menos pelo transporte feito, porque todo o imposto colocado sobre uma relação voluntária empobrece ambas as partes. Vocês vão perder dinheiro, o trabalhador vai perder dinheiro, somente nessa relação quem vai sair lucrando vai ser o governo. E o governo enxerga cada CPF do nosso País como um burro de carga que deve ser taxado para sustentar as mordomias do governo. E atualmente ele observa 1,6 milhão de pessoas que trabalham para as plataformas tecnológicas de transporte por aplicativo, não taxados, ou seja, ele vê como dinheiro potencial que ele pode arrecadar para os cofres do governo federal.

Eu fiquei aqui, enquanto estava a sessão correndo, escutando o anúncio do governo federal, porque eu tinha feito um vídeo, mais ou menos, sobre esse tema, recentemente, falando sobre a taxa das plataformas tecnológicas de transporte por aplicativo. Eu esperava, pelo menos, ouvir alguma coisa no anúncio do governo federal que demonstrasse as vantagens que haveria em função dessa regulamentação, não consegui observar nenhuma. Na verdade, tem uma, para os sindicalistas, a criação de um sindicato para poder extorquir os trabalhadores das plataformas tecnológicas. Então, quem não entendeu que este governo não está preocupado com os trabalhadores, mas, sim, somente em arrecadar, não tem mais argumentos que a gente possa utilizar porque nada vai convencer as pessoas do contrário. Vai ser mais caro para quem paga, menos dinheiro para quem trabalha, recebe e coloca o seu bem à disposição da comunidade para oferecer um trabalho que tem valor, que é o transporte, e só falta agora a Janja falar que quem vai pagar o imposto não são os trabalhadores, mas, sim, as empresas. Quando nós sabemos que na prática, sim, o que vai acontecer é que vocês vão ter que trabalhar mais, receber menos e quem pagar vai pagar mais para ter o mesmo serviço, ou seja, o governo do amor, mais uma vez, demonstrou que só está aqui para fazer a festa lá em cima no governo federal, sem trazer nenhum benefício para os trabalhadores. Obrigado.

PRESIDENTE FERNANDA BARTH (PL): O Ver. Jonas Reis está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Povo de Porto Alegre que acompanha esta sessão; minha saudação especial a todos os presentes, cidadãos e cidadãs que pagam

seus impostos e mantêm esta Casa em dia, então vocês são sempre todos bem-vindos aqui e bem-vindas, afinal isso aqui é pago por vocês, e muito bem pago.

Mas nada melhor do que um dia após o outro, na semana passada, eu falei aqui que fizeram malfeito o projeto do Esqueletão para derrubar e eu disse: tem animais lá. Aí subiram na tribuna, se revezaram para falar: “Ver. Jonas está de paraquedas, não sabe nada, não tem animais”. O gabinete da causa animal foi lá, pois bem, um dia após o outro, está aqui a matéria do jornal que uma estudante voluntária, estudante da UFRGS, teve que se responsabilizar por fazer a busca e salvar vidas no Esqueletão, e ainda, infelizmente, tem três gatos lá que ela não conseguiu pegar ainda. Cadê o governo para pedir desculpas? Porque nós estamos lutando por vidas na capital, aí para eles não importa, eles vêm aqui, tergiversam, falam. Aquele gabinete da causa animal não funciona, sabe o que o gabinete faz, gente? Eles estão lá parados, eles não conseguiram pegar oito gatos na cidade que tem milhares de animais pelas ruas, não tem uma política de pegar os animais soltos, perdidos nas ruas, jogados, que morrem atropelados e criar uma política de adoção. Não tem! Aí é isso, responsabiliza para a sociedade civil, algum voluntário que vá lá no Esqueletão – é uma falta de respeito com a vida dos animais mesmo.

Mas não é só esse o problema da cidade! Indigna-me ver várias vereadoras, vereadoras fazerem fila aqui, subir, indignados com a literatura do Jeferson Tenório, que é literatura lá para os adolescentes do ensino médio; o livro é para isso; não é para criança. Não mintam! Não falem bobagens! Respeitem a literatura e respeitem o escritor. É para os adolescentes na puberdade; respeitem. Aí vieram e falaram, mas eu não vi esses mesmos vereadores aqui indignados dizendo que tem 11 mil crianças, neste momento, na capital, sem vaga de creche porque a Prefeitura não faz escolas. Eu não os vi indignados que está contaminada a orla, e os nossos jovens e crianças não podem usar para a prática esportiva. Não vi essa indignação. Eu não vi essa mesma indignação nos postos de saúde, que não tem um pediatra para atender às crianças doentes. Não vi essa indignação. A indignação é com o livro de literatura para os adolescentes. É a indignação seletiva para fazer lacração na internet, para ganhar *like* dos seus grupelhos, das suas bolhas de extrema direita. Chega disso! Vocês estão sendo pagos pelo erário público para cobrar deste governo um serviço público de qualidade, que as crianças das periferias pisam no esgoto, e nenhum de vocês veio aqui pra falar disso. Nenhum de vocês vêm aqui para falar das escolas que não têm Guarda Municipal, que tiraram os guardas de lá; dos postos de saúde, que os trabalhadores da saúde estão lá fazendo a campanha da vacinação das crianças e não tem Guarda Municipal, porque eu vejo que tem aí um projeto inclusive que querem dividir a Guarda; a Guarda é só uma, o governo não deve fazer isso, o governo deve conceder, a todos, risco de vida a 185%. Pelotas já tem! Nós estamos envergonhados, porque Pelotas, uma cidade pequena, está ganhando da capital. O padrão sete, que eles já fazem serviços de fiscalização, não recebem pelo padrão sete, enquanto isso o governo vai enrolando, passa um mês, passa outro e não paga o que deve. Nós estamos com um passivo enorme, um passivo enorme com os trabalhadores da Guarda. Então é disso que eles não falam, porque eles não têm aqui como falar do governo Melo, que todo o dia é

um escândalo diferente no jornal, todos os dias. Agora, por exemplo, ele fica por aí viajando, lá noutra país, enquanto, em Porto Alegre, não faz o dever de casa. Em Porto Alegre, o povo vive na insegurança, vive sem educação, sem saúde. Neste momento, o Pronto Atendimento Cruzeiro do Sul, o Pronto Atendimento da Lomba do Pinheiro, o Hospital Restinga e o HPS estão superlotados porque eles não constroem leitos novos. O dinheiro do povo está indo para onde? É isso que nós queremos saber, para concluir: onde está o dinheiro que deveria virar serviço público de qualidade? Meus parabéns aos guardas aposentados e de hoje que não vão baixar a cabeça e querem o reconhecimento: 185% e padrão 7 já!

(O Ver. Mauro Pinheiro reassume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE MAURO PINHIRO (PL): O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, primeiro, eu acho que aqui ninguém quis atacar o escritor Tenório, ninguém. O que esse fez aqui – e eu o faço também – é pagar, distribuir livro com dinheiro público para lerem esse livro. Se estiver na livraria, Ver. Jessé, quem quiser vai lá e compra. Agora, distribuir esse livro com dinheiro público, é um absurdo. Era isso que eu tinha para dizer.

Outra coisa, eu solicitei – eu queria dizer à Guarda Municipal que está aqui – que se faça imediatamente uma audiência pública para discutirmos esse assunto. E quero dizer que o projeto encaminhado para cá pelo governo é um projeto muito bom.

(Manifestações nas galerias.)

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): E certamente será votado nesta Casa. E certamente a maioria vai votar e vai aprovar.

(Manifestações nas galerias.)

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): O Ver. Jonas acaba de defender a vida dos ratos lá no Esqueletão. Eu não sei, eu não conhecia ninguém que defendesse a vida dos ratos. Rato é rato em qualquer lugar, é uma praga – é uma praga! Os gatinhos que estavam lá estavam prestando um serviço para a cidade. Então não tem nada que ficar se preocupando, Ver. Jonas, com os animais do Esqueletão. Os gatinhos que estavam lá estavam prestando serviço para a cidade, ao contrário de V. Exa., que só sabe criticar tudo – só sabe criticar tudo! O senhor não pisa lá na vila, no esgoto, o senhor não vai lá! O prefeito vai! O Ver. Jonas só sabe criticar do gabinete porque alguém traz a notícia para ele, alguém traz a fotografia porque ele não vai lá na vila! Ele não vai! O prefeito usa o seu chapéu, vai no sol, vai na chuva, vai aonde tiver que ir. E a Guarda

Municipal faz o trabalho da guarda, da fiscalização, do cidadão e de quem precisar da Guarda, que está ativa e está de prontidão! Nós temos uma jovem Guarda, com vontade de servir ao cidadão – com vontade de servir ao cidadão! E eu tenho o compromisso, mesmo sendo o mais velhinho, eu tenho o compromisso com aqueles que estão no sol, na chuva, de dia, de noite, em todos os lugares para proteger até nós, os velhinhos, os jovens, as crianças, as mulheres. E estão protegendo quem faz o negócio sério e não o negócio clandestino, estão fiscalizando com muita competência. Então, minha saudação àqueles que trabalham. Obrigado.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): A Ver.^a Karen Santos está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA KAREN SANTOS (PSOL): Boa tarde. Subo à tribuna para tratar de um assunto de extrema importância, que é o lançamento da nossa Frente Parlamentar em Defesa da Tarifa Zero em Porto Alegre. Só nesta manhã, a gente recebeu: o T 11 que estragou no caminho; o 210, que é o Restinga, e o Bom Sucesso. Por dia, pelos dados que a gente tinha na época em que a Carris ainda era pública, oito carros por dia estragavam; das empresas privadas, a gente nunca conseguiu ter acesso. A questão da tarifa zero, todo mundo quer saber: “Não tem almoço grátis, alguém vai pagar a conta”. Porto Alegre já está pagando a conta, Porto Alegre já subsidia o transporte: R\$ 115 milhões, em 2022; R\$ 124 milhões, em 2023; e neste ano estão previstos R\$ 134 milhões para as empresas de transporte. A ideia da tarifa zero não é só dar mais dinheiro para as empresas de ônibus como o governo Melo vem fazendo, pressupõe a qualidade do transporte que hoje que está colocando em xeque a vida da nossa população com ônibus sucateados, ônibus quebrados. Aqui, nesta Câmara de Vereadores, está tramitando um projeto para aumentar o ID indeterminada à vida útil dos ônibus que circulam, querem tirar do contrato o compromisso das empresas em terem o equipamento de ar-condicionado instalado em todas as frotas novas, todos os veículos comprados, e o governo Melo quer abrir mão disso no contrato. Ou seja, ônibus cada vez mais sucateados, mais precários, e a tarifa só está congelada em R\$ 4,80 porque está sendo subsidiada com milhões de dinheiro público. A tarifa zero já é uma realidade em mais de cem municípios, pressupõe controle público, algo que não existe hoje no Município, a gente não sabe o custo do transporte – *diesel*, pneu, manutenção, pessoal –, nós não temos acesso aos lucros do sistema de bilhetagem, que também é algo ilegal. Eu queria ver os vereadores aqui da base do governo tão perplexos com as ilegalidades que este governo comete, e eu não vejo a mesma preocupação quando se transforma num debate puramente moral, como a gente acompanhou aqui anteriormente com o debate do livro do Tenório. A gente tem tanto problema sério para resolver na nossa cidade, eu até estava questionando, Ver. Pedro Ruas, sobre o líder do MDB, o Xandão, que está envolvido na compra de livros didáticos, livros didáticos sem licitação, milhões também em dinheiro público, livros com erros de ortografia, o que inclusive culminou na prisão da ex-secretária de Educação do Município. Se eu fosse da base deste governo, eu ia ter vergonha de subir nesta tribuna

para questionar o que os outros municípios estão fazendo. Vamos nos preocupar com o que está acontecendo em Porto Alegre, meus colegas, porque há um silenciamento! A gente fala de corrupção na educação, um silenciamento. O Roberto traz uma CPI para tratar dos contratos da MG Terceirização com o DMAE, propina também – não é, Roberto? –, silenciamento. Os ônibus da cidade, uma sucata, não sobem aqui para se pronunciar, mas querem vir fazer um debate moral em relação à educação da nossa juventude.

Psicóloga Tanise, por que o Município ainda não implementou os psicólogos, os assistentes sociais? Lei federal, tem que ser regulamentada no nosso Município. O governo Melo deu essa palavra que, em 2022, ia enviar para a Câmara de Vereadores, Psicóloga Tanise, e eu não vejo uma manifestação da senhora em relação a essa violação dos direitos das nossas crianças e dos nossos adolescentes. Então é muita hipocrisia.

Quero salientar o convite para a gente discutir uma pauta que é central na nossa vida e, nesses quatro anos, só piorou, que é a tarifa zero no nosso Município. Terça-feira, às 18h30min, aqui na Câmara de Vereadores, neste plenário, vamos fazer o lançamento dessa frente parlamentar, inclusive com a presença de prefeitos do Estado aqui do Rio Grande do Sul, que já tem a tarifa zero implementada nos seus municípios. Então é um espaço de debate, de elaboração e de pressão, porque a gente sabe que, deste governo, sem pressão, a gente não consegue nada.

Vereadora Biga Pereira (PCdoB) (Requerimento): Sr. Presidente, nós, eu e o Ver. Cassiá, solicitamos alteração na ordem dos trabalhos, para que entremos imediatamente na Ordem do Dia e, posteriormente, no Grande Expediente.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): Em votação o requerimento de autoria da Ver.^a Biga Pereira. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Solicito abertura do painel eletrônico para verificação de quórum para ingressarmos na Ordem do Dia. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) Doze vereadores presentes. Não há quórum.

Em votação requerimento de autoria deste presidente, solicitando que o Grande Expediente seja transferido para a próxima segunda-feira. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Passamos à

PAUTA – DISCUSSÃO PRELIMINAR

(05 oradores/05 minutos/com aparte)

1ª SESSÃO

PROC. Nº 1219/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 696/23, de autoria do Ver. Jonas Reis, que altera a ementa, o art. 1º, o inc. II e as als. *c* e *d* do inc. III do art. 3º; e inclui parágrafo único no *caput* do art. 6º e art. 9º-A, todos na Lei nº 10.996, de 7 de dezembro de 2010 – que institui o Vou à Escola, programa municipal que objetiva garantir transporte escolar gratuito aos alunos das escolas públicas municipais, estaduais ou federais de ensino fundamental ou de ensino médio, cria a comissão coordenadora do vou à escola e dá outras providências –, e alterações posteriores, incluindo no programa os alunos da modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA) e dando outras providências. (SEI 210.00647/2023-98)

PROC. Nº 1327/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 755/23, de autoria do Ver. José Freitas, que declara de utilidade pública a Associação Missionaria SOS – Resgatando Vidas. (SEI 034.00529/2023-02)

PROC. Nº 1338/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 762/23, de autoria do Ver. João Bosco Vaz, que declara de utilidade pública a Associação Cultural Vila Flores – ACVF. (SEI 032.00051/2023-12)

PROC. Nº 0016/24 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 006/24, de autoria do Ver. Gilson Padeiro, que cria o Programa Permanente de Inspeção de Pontes, Viadutos, Marquises e Passarelas de Pedestres. (SEI 165.00005/2024-44)

PROC. Nº 0023/24 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 011/24, de autoria do Ver. Cláudio Conceição, que concede o título de Cidadão de Porto Alegre ao senhor Carlos Alberto Zanella. (SEI 144.00002/2024-21)

PROC. Nº 0044/24 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 024/24, de autoria do Ver. João Bosco Vaz, que declara de utilidade pública a Associação Coletivo Autônomo Morro da Cruz. (SEI 032.00004/2024-41)

PROC. Nº 0103/24 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 052/24, de autoria do Ver. Ramiro Rosário, que denomina Alameda Helio Neumann Sant'Ana o logradouro não cadastrado conhecido como Beco Um da Rua Curupaiti, localizado no Bairro Cristal. (SEI 197.00009/2024-09)

PROC. Nº 0104/24 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 053/24, de autoria do Ver. Idenir Cecchim, que denomina Rótula Therezinha Leopoldino o logradouro público não cadastrado conhecido como Rótula Cinco Mil Duzentos e Quatro, localizado no Bairro Ipanema. (SEI 138.00012/2024-73)

PROC. Nº 0108/24 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 056/24, de autoria da Ver^a Cláudia Araújo, que denomina Rua da Caverna o logradouro público conhecido

como Beco Três – Bc. dos Sargentos –, localizado no Bairro Pitinga. (SEI 161.00056/2024-70)

2ª SESSÃO

PROC. Nº 1300/23 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO EXECUTIVO Nº 031/23, que dispõe sobre a criação da Guarda Civil Metropolitana de Porto Alegre, institui o Plano de Carreira de Guarda Civil Metropolitana, e dá outras providências. (SEI 118.00670/2023-02)

PROC. Nº 0422/21 – SUBSTITUTIVO Nº 01, de autoria do Ver. Jessé Sangalli, **ao PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 161/21**, de autoria do Ver. Leonel Radde, que institui a exigência de comprovante de vacinação contra o novo Coronavírus (Covid-19) pelo Executivo Municipal para crianças, estudantes, professores, funcionários e prestadores de serviços ingressarem nas creches e nas unidades de ensino fundamental e médio, para ingresso em imóveis vinculados ao Município de Porto Alegre e para nomeação em cargos públicos e demais modalidades de prestação de serviços ou relação com o Executivo Municipal. (SEI 208.00123/2021-48)

PROC. Nº 1151/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 671/23, de autoria do Ver. Jessé Sangalli, que estabelece a implantação de sistema permanente de monitoramento eletrônico em tempo real, por meio de câmeras de vídeo sem áudio, nas escolas da Rede Municipal de Ensino (RME). (SEI 220.00306/2023-11)

PROC. Nº 1333/23 – PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 048/23, que autoriza o Poder Executivo a instituir o Programa de Incentivo à Demissão Voluntária (PDV) aos funcionários celetistas do quadro da Fundação de Assistência Social e Cidadania (FASC), filiados ao Regime Geral da Previdência Social (RGPS), e dá outras providências. (SEI 118.00684/2023-18)

PROC. Nº 0092/24 – PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 003/24, que denomina Estação de Tratamento de Água Moinhos de Vento João Antônio Dib, a Estação de Tratamento de Água (ETA) do Departamento Municipal de Água e Esgotos (DMAE), localizada na Rua 24 de Outubro, nº 200, Bairro Moinhos de Vento. (SEI 118.00238/2024-94)

PROC. Nº 1269/23 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO LEGISLATIVO Nº 024/23, de autoria da Ver^a Mônica Leal, que inclui art. 26-A na Lei nº 12.520, de 20 de março de 2019 – que institui o Programa Família Acolhedora no Município de Porto Alegre – e inc. XXXV e § 21 no art. 70 da Lei Complementar nº 7, de 7 de dezembro de 1973 – que institui e disciplina os tributos de competência do Município –, e alterações posteriores, concedendo direito à isenção do pagamento do Imposto sobre a Propriedade

Predial e Territorial Urbana (IPTU) da moradia, por mês de efetivo acolhimento, à família acolhedora. (SEI 038.00103/2023-47)

PROC. Nº 0087/24 – PROJETO DE LEI DO COMPLEMENTAR DO EXECUTIVO Nº 002/24, que institui a Política de Governança de Dados e Informações Municipais (PGDIM) no âmbito dos Órgãos do Poder Executivo da Prefeitura Municipal de Porto Alegre (PMPA); inclui a al. *h* no inc. VI do *caput* do art. 4º-A, da Lei Complementar nº 810, de 4 de janeiro de 2017, e alterações posteriores. (SEI 118.00234/2024-14)

PROC. Nº 1030/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 608/23, de autoria do Ver. Roberto Robaina, que declara de utilidade pública a Associação Oigalê Cultural. (SEI 050.00084/2023-36)

PROC. Nº 1249/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 716/23, de autoria da Verª Biga Pereira, que institui o Programa Municipal de Valorização de Meninas e Mulheres Negras. (SEI 299.00182/2023-05)

PROC. Nº 1273/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 730/23, de autoria do Ver. Jonas Reis, que destina espaço na Praça Garibaldi para instalação de estátua em homenagem a Osuanlele Okizi Erupê, popularmente conhecido como Príncipe Custódio. (SEI 210.00663/2023-81)

PROC. Nº 1276/23 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 101/23, de autoria do Ver. Jonas Reis, que institui o Prêmio Escola Cidadã – Porto Alegre Educadora. (SEI 210.00666/2023-14)

PROC. Nº 1325/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 754/23, de autoria da Verª Biga Pereira, que estabelece a distribuição gratuita de protetor solar pelas unidades de saúde do Município de Porto Alegre. (SEI 299.00209/2023-51)

PROC. Nº 1334/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 759/23, de autoria da Verª Cláudia Araújo, que declara de utilidade pública a Sociedade Esportiva, Recreativa, Cultural e Comunitária Ervino de Assis – SER ASSIS. (SEI 161.00121/2023-86)

PROC. Nº 0028/24 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 014/24, de autoria do Ver. Claudio Janta, que estabelece a obrigatoriedade da realização de aulas práticas de autoescola e das respectivas provas práticas em locais que disponham de abrigo e banheiros. (SEI 024.00020/2024-42)

PROC. Nº 0061/24 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 035/24, de autoria do Ver. Engº Comassetto, que denomina Rua Maria da Graça Vidal Correia o logradouro público não cadastrado conhecido como Rua Sete, localizado na Vila Pitinga. (SEI 154.00015/2024-91)

PROC. Nº 0063/24 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 036/24, de autoria do Ver. Engº Comassetto, que concede o título de Cidadã de Porto Alegre à senhora Margarete Costa Moraes. (SEI 154.00019/2024-79)

PROC. Nº 0064/24 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 037/24, de autoria do Ver. Tiago Albrecht, que denomina Rua 08 de Maio o logradouro conhecido como Beco D Dois – Estrada Vila Maria –, localizado no Bairro Camaquã. (SEI 298.00002/2024-69)

PROC. Nº 0070/24 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 040/24, de autoria da Verª Psicóloga Tanise Sabino, que denomina Rua Jaci Goulart o logradouro público cadastrado conhecido como Rua Dezesesseis – Vila Mapa II –, localizado no Bairro Lomba do Pinheiro. (SEI 215.00009/2024-53)

PROC. Nº 0079/24 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 044/24, de autoria do Ver. José Freitas, que denomina Rua Nilo Jardim Reis o logradouro público não cadastrado conhecido como Acesso E SQ Três Terceira UV, Vila Nova Restinga. (SEI 034.00061/2024-29)

PROC. Nº 0089/24 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 049/24, de autoria do Ver. Gilson Padeiro, que denomina Neri Coelho Portale o logradouro público não cadastrado conhecido como Beco Treze – Av. Edgar Pires de Castro –, localizado no Bairro Lageado. (SEI 165.00028/2024-59)

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): O Ver. Jonas Reis está com a palavra para discutir a Pauta.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Povo de Porto Alegre que acompanha esta sessão, está aqui na primeira sessão um projeto de nossa autoria, que é para a garantia do direito à educação. O direito à educação é uma batalha histórica do povo brasileiro e das comunidades e, muitas vezes, as pessoas na idade certa não têm acesso à escola, elas crescem, trabalham, mas não têm acesso à escolaridade. Por isso, nós fizemos aqui um projeto de lei chamado “Vou à Escola”, que vai agregar no Vou à Escola anterior, mas agora nós queremos que os alunos da EJA, da Educação de Jovens e Adultos, da capital inteira, que não têm como pagar o transporte, possam ter, através do dinheiro público, o pagamento das passagens ao comprovar a sua não suficiência financeira. Ou seja, isso que já existe hoje para o ensino fundamental diurno, nós queremos, principalmente

porque a EJA tem diurna também, mas são poucas escolas, como o CMET, mas nós queremos que todos os alunos da noite que não têm escola de EJA no seu bairro possam acessar o direito à educação mesmo depois de jovem e adulto. Não estou falando de poucas pessoas, são milhares de pessoas não só em Porto Alegre, mas na Região Metropolitana. Nós temos muitas pessoas que poderão acessar agora o direito à educação, roubado pela falta de políticas públicas, vilipendiado pela falta de investimento, transporte escolar, essa é a nossa pauta. Vou à Escola para a EJA, porque nós temos, inclusive, poucas escolas de educação de jovens e adultos, por isso que a gente precisa avançar. Eu quero contar com o apoio de todas as vereadoras e vereadores, por entender que todos têm que ter o direito a acessar a cultura, a educação, a ciência, a tecnologia, o avanço, que é tão importante para a construção da cidadania, está escrito lá na Constituição: o direito à educação. Mas nem todos chegam, porque esbarram na falta de material escolar, na falta de escola próxima a sua residência e o transporte, porque uma capital que perdeu 39 linhas de ônibus durante a pandemia só pode ter piorado a mobilidade. E, cada vez mais, essa passagem não cai bem no orçamento das famílias, porque nós temos desemprego na capital, quando a Prefeitura poderia fomentar empregos, não o faz, porque não quer. E aí, o que é que a gente tem? Mais desigualdade. Para vencer a desigualdade, um dos direitos é acessando a educação, boas escolas públicas, bons professores, como nós temos na rede estadual e na rede municipal. Então se trata dum projeto crucial: Vou à Escola, que aperfeiçoa o projeto da nossa querida ex-vereadora Sofia Cavedon, hoje deputada estadual reeleita, porque projetos bons nós temos que aperfeiçoar, para garantir que mais e mais pessoas tenham acesso às políticas públicas. Não basta dizer que tem uma escola, é preciso garantir que o aluno chegue até lá, se mantenha, não tenha evasão. Eu sei, porque, desde 2009, professor de EJA, aprendi muito, sempre dando aula no noturno, e esses jovens, esses adultos, muitas vezes, abandonam por não terem passagem para os cinco dias, as cinco noites, e o aproveitamento fica menor. Então, nós queremos aproveitamento total da estrutura pública que está lá aberta com professores, com energia elétrica, com a alimentação. A luta pela educação é fundamental, por isso que o voto de vocês nesse projeto vai ser crucial para avançar. Mais pessoas na escola, não menos – essa é a nossa batalha na Câmara. E falo aqui também como vice-presidente da Comissão de Educação, Cultura, Esportes e Juventude, amanhã nos encontramos para um grande debate sobre cultura na nossa comissão, sobre os editais que estão em atraso nesta capital, os pagamentos não aconteceram. O prefeito precisa apoiar a classe cultural também. Um abraço e até breve.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): Estão encerrados o período de discussão de Pauta e os trabalhos da presente sessão.

(Encerra-se a sessão às 17h16min.)

(Os pronunciamentos desta sessão não foram revisados pelas oradoras e pelos oradores.)

* * * * *